

PERCEPÇÕES SOBRE O
RACISMO
NO BRASIL

JANEIRO / 2024



PERCEPÇÕES SOBRE O RACISMO NO BRASIL



“SUMÁRIO EXECUTIVO DA PESQUISA PERCEPÇÕES SOBRE O RACISMO NO BRASIL”

Iniciativa:

Peregum - Instituto de Referência Negra
Projeto SETA - Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista

Coleta, organização e cruzamento de dados:

IPEC - Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica

Sumário Executivo:

Percepções sobre o Racismo no Brasil

Autoria:

João Gabriel do Nascimento Nganga

Autorias da análise da pesquisa:

Jaqueline Santos - Doutora em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Luciana Ribeiro de Oliveira - Doutora em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Marcelo Perilo - Doutor em Antropologia pela Unicamp

Apoio:

Coalizão Negra por Direitos
Fundação W K Kellogg
Instituto Clima e Sociedade
Luminate Brasil

Revisão ortográfica:

Dimitria Costa

Identidade Visual:

Caco Carvalho
Helbert Rodrigues

Diagramação

Lucas Mendes

Janeiro/2024

*Identidade visual inspirada livremente na obra “O Quilombismo” (2002).
Fica aqui a nossa homenagem ao grande Abdias do Nascimento.*



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Santos, Jaqueline Lima

Pesquisa percepções sobre o racismo no Brasil
[livro eletrônico] / Jaqueline Lima Santos,
Luciana Ribeiro de Oliveira, Marcelo Perilo. --1.
ed. -- Rio de Janeiro : ActionAid Brasil, 2024.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-89247-04-3

1. Preconceitos - Aspectos sociais 2. Racismo
3. Racismo - Aspectos sociais 4. Relações
étnico-raciais I. Oliveira, Luciana Ribeiro de. II.
Perilo, Marcelo. III. Título.

24-192680

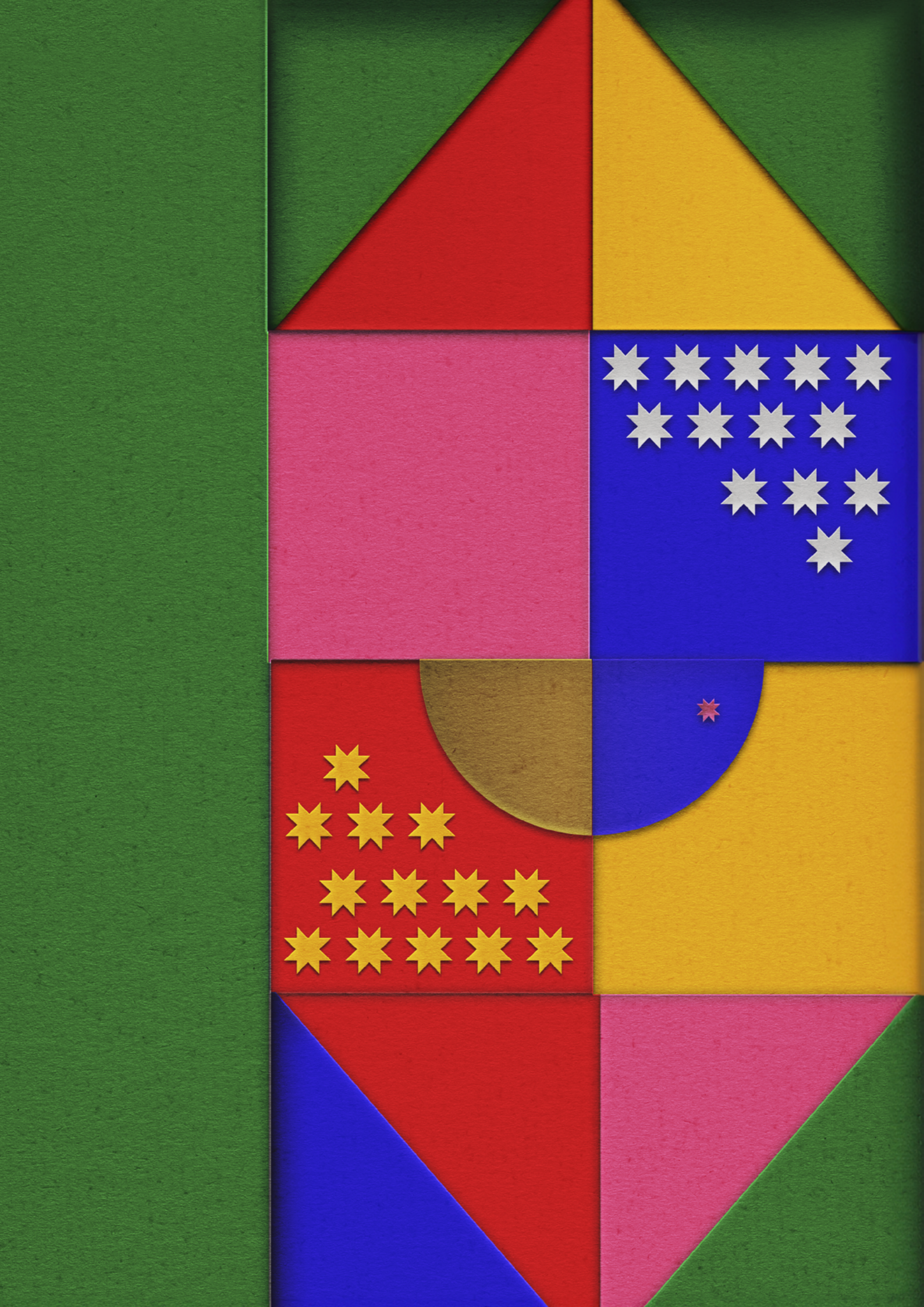
CDD-305.8009

Índices para catálogo sistemático:

1. Racismo : Preconceitos : Sociologia 305.8009

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129





S Ú M A R I O

1 - APRESENTAÇÃO	06
2 - PERCEPÇÕES SOBRE O RACISMO E AS DESIGUALDADES.....	09
2.1 - Desigualdades.....	09
2.2 - Percepção da identidade étnico-racial.....	11
2.3 - Percepção do racismo no Brasil.....	14
2.3.1 - O racismo, seus fatores motivadores e formas de manifestação.....	17
2.3.2 - O racismo no cotidiano.....	21
2.4 - Racismo institucional.....	28
2.5 - Criminalização do racismo.....	33
3 - EDUCAÇÃO.....	36
3.1 - Temas relevantes e mais aprendidos na escola: racismo, história e cultura africana, história e cultura africana, história da cultura afro-brasileira e história e cultura indígena	36
3.2 - Temas relevantes e mais aprendidos na escola: gênero, sexualidade, e história das contribuições e protagonismo das mulheres.....	44
3.3 - Violências nas escolas.....	48
3.4 - Pessoas com deficiência e convivência democrática.....	52
4 - POLÍTICAS PÚBLICAS.....	56
4.1 - Racismo ambiental e desastres ambientais.....	56
4.2 - Políticas e instituições de segurança pública.....	58
4.3 - Representatividade e equidade.....	59
4.4 - Ações afirmativas e cotas.....	63
4.5 - Políticas de inclusão e outras ações.....	65
5 - RECOMENDAÇÕES	69
REFERÊNCIAS.....	74

1 - APRESENTAÇÃO

Com o intuito de compreender de que forma a população brasileira percebe o racismo, bem como de favorecer a criação de campanhas e políticas de enfrentamento ao racismo, foi realizada a pesquisa Percepções sobre o Racismo no Brasil (PRB), uma iniciativa do Peregum – Instituto de Referência Negra – e do Projeto SETA – Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista.


Este é um estudo de abrangência nacional com método quantitativo e amostra de 2 mil participantes. Os dados foram coletados presencialmente pela empresa Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC). Nas situações em que profissionais da consultoria abordavam as pessoas, aplicava-se um questionário com perguntas e alternativas pré-definidas relativas ao tema da pesquisa. A coleta de dados foi realizada em 127 municípios brasileiros das cinco regiões do país no período de 14 a 18 de abril de 2023, considerando como participantes pessoas com 16 anos de idade ou mais.

A amostra das pessoas respondentes foi proporcional aos perfis representativos da população brasileira. Esse universo de pessoas consultadas permite a projeção dos dados para que se identifique a opinião de 167.216.303 pessoas no Brasil sobre os temas abordados na pesquisa. As informações detalhadas sobre a amostra e o método da pesquisa podem ser consultadas no relatório completo, disponível no site percepcaosobrericismo.org.br e no projetoseta.org.br/

Com base no questionário de pesquisa, apreende-se doze variáveis que permitem a identificação do perfil das pessoas respondentes:

1. Condição do município;
2. Escolaridade;
3. Idade;
4. Orientação política;
5. Orientação sexual;
6. Porte do município (em número de habitantes);
7. Possui, convive ou se relaciona com alguém com algum tipo de deficiência;
8. Raça/cor;
9. Região;
10. Religião;
11. Renda familiar (em salários mínimos); e
12. Sexo.



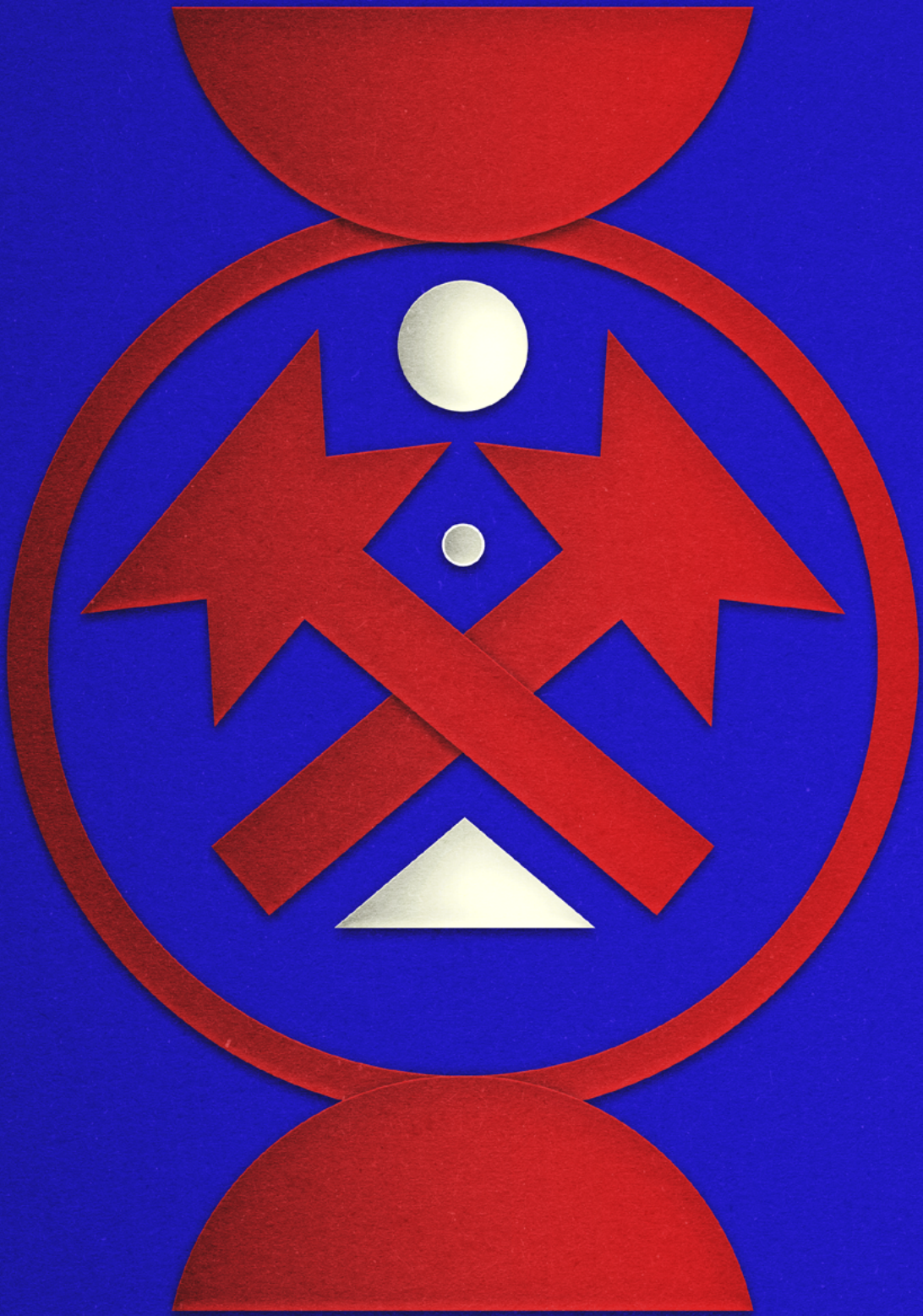


O estudo optou por analisar os grupos de pessoas pretas e pardas separadamente, e não agrupados enquanto população negra, conforme realizado em vários estudos, como alguns do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse procedimento foi adotado para que fosse possível identificar como pessoas pretas e pardas se posicionam separadamente em relação a cada uma das questões e dos temas da pesquisa, sem desconsiderar que ambas fazem parte da população negra, e sem deixar de dar atenção às similaridades sociais entre elas.

A análise dos resultados desta pesquisa leva em consideração intersecções de marcadores sociais da diferença, pois interseccionalidades entre raça/cor/etnia e classe, raça/cor/etnia e renda, raça/cor/etnia e gênero e tantas outras produzem efeitos distintos. Entretanto, o marcador social raça/cor/etnia é central na análise das percepções sobre o racismo no Brasil.

Este material está dividido em três blocos: no primeiro, abordaremos as percepções da sociedade sobre o racismo e sobre as desigualdades; no segundo, as percepções sobre racismo na educação; e, no terceiro, o tema das políticas públicas. Finalmente, há uma seção chamada “Recomendações”, na qual são apresentadas questões urgentes a serem realizadas no Brasil, referentes ao combate ao racismo e à promoção da equidade racial, tendo-se em vista os temas da pesquisa.







2 - PERCEPÇÕES SOBRE O RACISMO E AS DESIGUALDADES

Jaqueline Lima Santos
Doutora em Antropologia Social pela Unicamp

Ao refletir sobre a percepção sobre racismo pela sociedade brasileira, este bloco deixa evidente que a democracia racial não é mais hegemônica e que há, cada vez mais, uma maior reflexão sobre os impactos do racismo no contexto nacional. Há uma maioria em todos os grupos sociais, sejam de negros ou brancos, de baixa renda ou mais ricos, de esquerda ou direita e entre qualquer grupo religioso, de que o Brasil é um país racista e que o racismo é o principal fator que gera desigualdades no país. Embora essa percepção seja generalizada, ela é mais evidente entre jovens, mulheres e pessoas pretas e menos latente entre pessoas de direita e homens brancos. De qualquer forma, compreendemos que mesmo grupos com posições conservadoras identificam que o racismo está no centro da geração de desigualdades no Brasil e que essa não é uma perspectiva apenas de grupos progressistas ou de quem é mais afetado por esse fenômeno.

2.1. Desigualdades

As desigualdades são resultantes do tratamento diferenciado entre pessoas e/ou grupos sociais no acesso aos bens comuns fundamentais. Elas podem ser produzidas a partir da crença de que características culturais, sociais e físicas são hierarquizantes, levando, assim, à distribuição desigual de oportunidades dentro do sistema socioeconômico (Guimarães, 2014; Hall, 2003; Lima, 2012). Esse fenômeno não reside apenas nos dados sobre distribuição econômica, mas também na negação das histórias, das culturas, dos valores e da humanidade de grupos não hegemônicos, o que se constitui como um obstáculo para a sua mobilidade social. Se as diferenças informam e definem as disparidades sociais, elas precisam ser consideradas para a superação de privilégios e construção de uma sociedade pautada na equidade (Phillips, 2009).


A pesquisa amostral da sociedade brasileira aqui apresentada aponta que o marcador social raça/cor/etnia é visto como o principal fator gerador de desigualdades no Brasil, seguido de classe social, local de moradia, gênero ou sexo, orientação sexual e local de origem/onde nasceu.





Embora esta pesquisa discorra sobre a percepção da sociedade brasileira em relação ao racismo e não especificamente sobre indicadores de desigualdades, podemos apontar que os dados reforçam a opinião da população aqui apresentada. De acordo com indicadores oficiais do Estado brasileiro, a renda média do trabalho principal de pessoas ocupadas de 14 anos ou mais é de R\$ 3.435,00 para homens brancos, de R\$ 2.653,00 para mulheres brancas, de R\$ 1.959,00 para homens negros e de R\$ 1.567,00 para mulheres negras (IBGE, 2021); a taxa de homicídios por 100





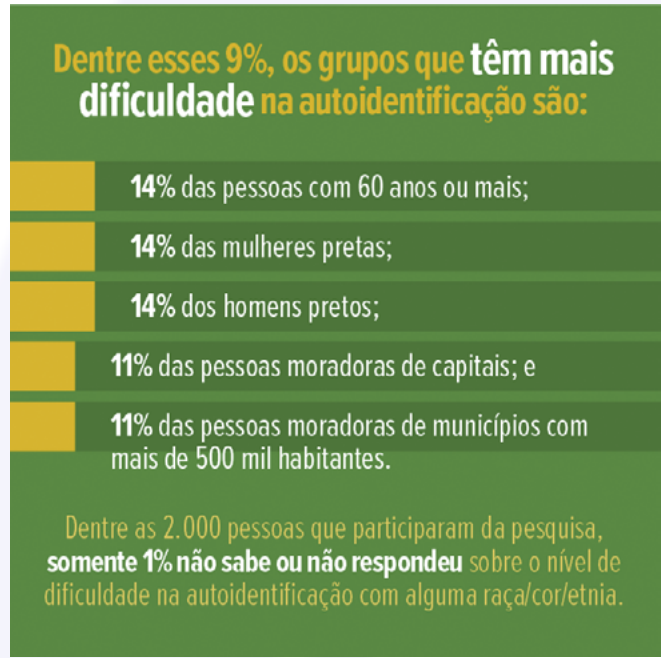
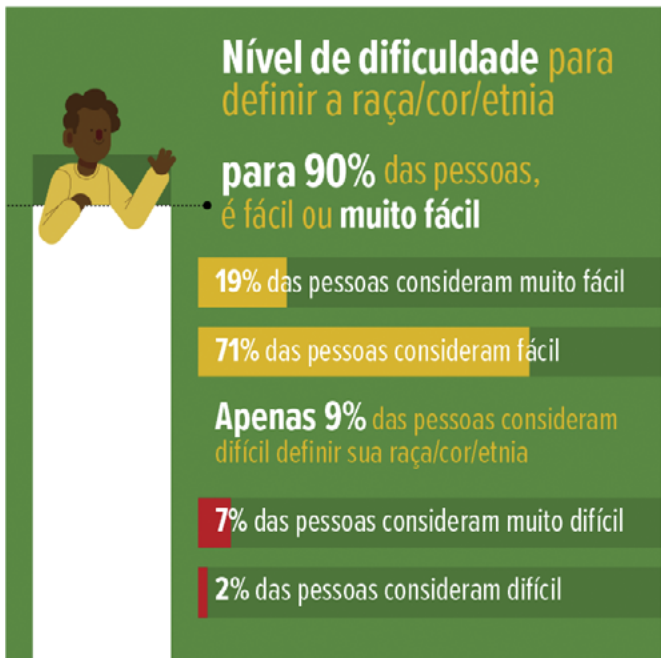
mil habitantes é de 60,7 para homens negros, 21,2 para homens brancos, 4,3 para mulheres negras e 2,4 para mulheres brancas (IBGE, 2020); dentre as pessoas de 6 a 17 anos que frequentavam a escola sem atividades presenciais e que realizavam as atividades escolares durante a pandemia, esse percentual é de 91,8% entre mulheres brancas, 90,8% entre homens brancos, 84,6% entre mulheres negras e 82,8% entre homens negros (IBGE, 2020); dentre as pessoas de 14 anos ou mais ocupadas em trabalhos informais, temos 46,7% entre homens negros, 45,9% entre mulheres negras, 32,7% entre mulheres brancas e 32,6% entre homens brancos (IBGE, 2021).

2.2. Percepção da identidade étnico-racial

A identidade étnico-racial é outro tema polêmico quando falamos das relações raciais no Brasil, dado que o mito da democracia racial, a ênfase na miscigenação, o racismo e a hierarquização dos grupos a partir da cor da pele foram utilizados para desestimular a afirmação da identidade, sobretudo de grupos historicamente discriminados – negros e indígenas. No entanto, a produção de dados com recorte de raça/cor é primordial para identificar as desigualdades e estabelecer políticas e ações de Estado que visam a mitigá-las. A partir da produção de dados com recorte de raça/cor foi possível questionar a ideia de que no Brasil não existem diferenças entre grupos étnico-raciais e evidenciar o impacto do racismo nessa sociedade.

O critério raça/cor é constantemente questionado pelo senso comum, sobretudo por quem acredita que no Brasil não há um problema de dimensão racial, levantando hipóteses sobre como as pessoas se sentem ao ter que declarar sua identidade racial e se esse tema tem relevância na sociedade brasileira. Nesse sentido, este estudo buscou identificar como a população brasileira compreende e se sente frente às categorias utilizadas pelos órgãos oficiais. Os dados sobre o comportamento da população em relação ao quesito raça/cor apresentados a seguir rompem com dois argumentos do senso comum: de que o brasileiro tem dificuldade de definir a sua identidade étnico-racial e de que esse quesito não é um tema importante para as pessoas — ambos sob a justificativa construída a partir do mito da democracia racial que enfatiza a miscigenação e o encontro harmonioso entre as raças no país.

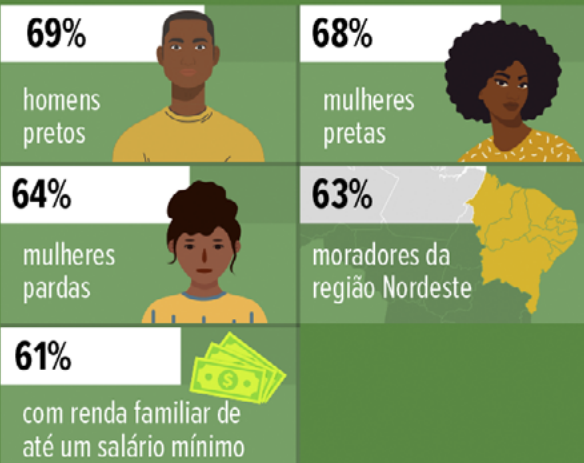




Importância da autodeclaração de raça/cor/etnia



Para alguns grupos, a importância dessa autodeclaração está acima dos 52%.




Grupos que consideram acima da média (28%) que a autodeclaração não é nada importante:



De forma geral, os resultados apontam que 8% da população se sente desconfortável ou muito desconfortável em responder sua raça/cor, 9% considera difícil ou muito difícil responder sua raça/cor e 28% considera que declarar raça/cor não é nada importante, o que fortalece o atual sistema classificatório brasileiro.

Ao contrário do argumento que vinha se consolidando no senso comum, brasileiras e brasileiros não têm uma dificuldade generalizada de identificar as fronteiras de cor e





declarar a sua raça/cor. Em geral, quase a totalidade da população se sente muito confortável e confortável ao ter que responder sua raça/cor e considera fácil ou muito fácil responder qual é seu pertencimento étnico-racial, o que é mais expressivo entre pessoas pretas e pardas. No entanto, embora pessoas pretas estejam acima da média entre quem se sente confortável e quem considera fácil definir sua raça/cor, também há um percentual acima da média para quem se sente muito desconfortável e tem dificuldade em definir esse quesito para este grupo. Com relação à importância da declaração do quesito raça/cor, temos maioria que considera a coleta dessa informação muito importante e, mais uma vez, esse percentual é maior entre pessoas pretas, pardas, mulheres, pessoas jovens, de baixa renda e com orientação política mais à esquerda. Pessoas que sofrem menos com os efeitos do racismo, como brancos, com maiores rendimentos e em regiões com menor concentração de população negra, são maioria entre os que consideram pouco ou nada importante.


2.3 - Percepção do racismo no Brasil

A essência do racismo “reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não-brancos, constituiu a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos”, disse Carlos Hasenbalg (1982, p. 69). Como sistema da dominação política, social, cultural e econômica, o racismo é um operador ideológico que garante a hierarquização das diferenças entre os grupos sociais, categorizando-os a partir de suas características físicas e culturais em raças superiores e inferiores. A partir dessa categorização e hierarquização das diferenças, ele normatiza padrões estéticos, sociais e culturais de grupos dominantes e subalterniza os demais, julgando-os inferiores e roubando sua humanidade.

Campos (2017) apresenta três dimensões analíticas do racismo: ideológica, prática e sistêmica/institucional/estrutural. A primeira associa o racismo à determinação do comportamento humano pelas características raciais, mas tem dificuldade de nomear práticas discriminatórias baseadas em raça como racismo, ou seja, é uma abordagem do racismo de forma menos explícita e materializada. Conforme aponta o autor, esse campo

(...) enfrenta uma grande dificuldade em entender a possibilidade de se lidar com uma acepção sociológica e não biológica de raça, com a ideia de que existem instituições racistas capazes de estruturar a existência de determinados agentes ao ponto de eles se tornarem categorias sociais tão “reais” quanto as classes, por exemplo. (Campos, 2017, p. 6)





A segunda dimensão trata as atitudes, práticas e ações como reprodução e predisposição de agir de tal maneira, como se fossem irrefletidas e não derivadas de ideologias. Campos (2017) aponta que aqui “não se ignora o papel das crenças na produção ou reprodução da discriminação racial, mas somente que as primeiras não possuem consequências sociológicas relevantes se não se traduzirem em práticas discriminatórias” (p. 6). Essa dimensão apresenta o racismo como um elemento “sutil” e “implícito” e as práticas racistas como resultados inconscientes, irracionais e emotivos que reproduzem práticas discriminatórias, não como resultantes da elaboração intencional de ideologias raciais por seus praticantes.

A terceira dimensão, sistêmica/institucional/estrutural, emerge quando passa a existir nas diferentes sociedades mecanismos que combatem ideologias e práticas racistas, mas nota-se que as desigualdades entre os diferentes grupos raciais ainda são persistentes.

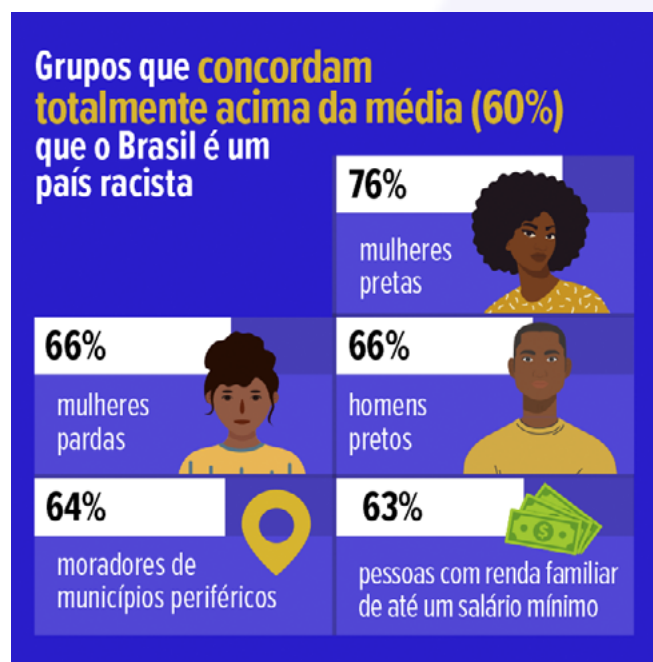
O paradoxo desse terceiro momento das teorias do racismo está no contexto atual, em que uma ampla condenação das ideologias e práticas racistas convive com a reprodução das desigualdades econômicas, políticas e culturais entre diferentes grupos racializados. É nesse contexto enigmático que sociólogos como Eduardo Bonilla-Silva questionam ‘como é possível ter esse tremendo grau de desigualdade racial em uma nação [como os Estados Unidos] onde a maioria dos brancos afirma que a raça não é mais relevante?’ (Bonilla-Silva, 2006, p. 2). (Campos, 2017, p. 9)

O autor chama a atenção para o fato de que “existem instituições racistas capazes de estruturar a existência de determinados agentes ao ponto de eles se tornarem categorias sociais tão ‘reais’ quanto as classes, por exemplo” (Campos, 2017, p. 6). Dessa forma, ele defende que as três dimensões podem ser integradas em uma “teoria tridimensional do racismo” para, assim, consolidar uma compreensão do racismo em suas dimensões ideológicas, práticas e institucionais.

Dessa forma, ao considerar as dimensões ideológicas, que buscam fundamentar a hierarquização de grupos socialmente racializados, prática, que operacionaliza essa hierarquização por meio de atitudes racistas e estrutural, que garantem a persistência das desigualdades e a reprodução de práticas discriminatórias ao manter e não colocar em questão um sistema sustentado por crenças e valores que subalternizam todo um segmento étnico-racial, esta pesquisa aqui apresentada buscou identificar



o que a sociedade brasileira compreende como racismo e como identifica a sua manifestação a partir de variáveis que reúnem essa perspectiva tridimensional do racismo, podendo cada pessoa responder mais de uma alternativa sobre o que é o racismo e como ele se manifesta.



Os dados da pesquisa apontam que grupos progressistas e passíveis a mais formas de discriminação, como pessoas pretas, mulheres, pessoas jovens e com menor rendimento, tendem a apresentar uma concordância acima da média sobre o



Brasil ser um país racista. Já aqueles menos afetados, como homens brancos, com alinhamento político mais à direita e com mais anos de vida, o que implicaria terem vivido o debate sobre essa temática em outro momento político, como o período de predomínio da ideia de democracia racial, discordam mais que o Brasil é um país racista. Mas, independentemente de quem concorda ou discorda mais, em todos esses segmentos populacionais encontramos uma opinião majoritária de que o Brasil é um país racista.

2.3.1. O racismo, seus fatores motivadores e formas de manifestação

Os dados abaixo apresentam o que a população brasileira entende como racismo, seus aspectos motivadores e a forma como se manifesta a partir de alternativas que variam entre as dimensões individual e coletiva, que buscam identificar a forma que os aspectos ideológicos, atitudinais e estruturais desse fenômeno são percebidos, e como estão presentes no imaginário social.

Com relação aos principais **motivadores das práticas racistas**, para

- 62%** é uma ação ou prática motivada **contra um grupo de uma raça/cor/etnia**
- 30%** é uma ação ou prática motivada **devido às características de uma pessoa**
- 25%** é uma ação ou prática motivada **contra a religião de um grupo**
- 23%** é a principal fonte de produção de desigualdades **a partir das diferenças entre grupos**
- 19%** é uma ação ou prática motivada **contra um grupo de uma origem social ou territorial**
- 18%** é uma ação motivada **contra as práticas culturais de um grupo.**

Os grupos que consideram o racismo como uma ação ou prática motivada contra um grupo de uma raça/cor/etnia acima da média (62%) são:

75%

pessoas com ensino superior



72%
de jovens de 16 a 24 anos



69%

pessoas de 25 a 34 anos



68%

mulheres brancas



67%

moradores da região Sudeste





Como podemos observar, a dimensão prática e interpessoal permanece como a principal forma de identificação do racismo e há um desafio de ampliar a compreensão da sua manifestação por vias institucionais/estruturais/sistêmicas, o que é mais identificado por pessoas com maior escolaridade, grupos de rendimento, jovens e do sexo feminino.

Após a coleta de informações sobre o que as pessoas entendem como racismo, elas foram convidadas a apontar o modo como o racismo se manifesta. Os dados a seguir apontam que a dimensão prática e interpessoal permanece, dessa forma, como a principal maneira de identificação do racismo, e há um desafio de ampliar a compreensão da sua manifestação por vias institucionais/estruturais/sistêmicas, o que é melhor identificado por pessoas com maior escolaridade, grupos de rendimento, jovens e do sexo feminino.



Qual é a principal **forma de manifestação do racismo** na sociedade brasileira.



- 66% é a violência verbal, como xingamentos e ofensas
- 42% é o tratamento desigual
- 39% é a violência física, como agressões
- 28% é a negação de oportunidades
- 23% é a intolerância religiosa
- 22% é a exclusão, isolamento e desprezo de um grupo de pessoas
- 15% é pressionar ou constranger alguém para mudar a sua aparência

Continua ►

Qual é a principal **forma de manifestação do racismo** na sociedade brasileira.



- 11% é ignorar a existência de determinado grupo de pessoas;
- 9% são práticas ou ações que favorecem um determinado grupo de pessoas;
- 8% é a desigualdade de investimento em diferentes territórios, a depender do grupo que ali vive;
- 7% é negar a história, as contribuições e as potências de determinado grupo de pessoas; e
- 5% são ações e medidas institucionais do Estado e de organizações públicas e privadas.

A pesquisa revela que ainda **há a predominância** da percepção de manifestações racistas nas relações interpessoais.

Grupos que consideram **violência verbal, xingamentos e ofensas como forma de manifestação do racismo acima da média (66%)** são:

77%
jovens de 16 a 24 anos



72%
pessoas de 25 a 34 anos



70%
pessoas com ensino médio



70%
mulheres pretas



71%
renda familiar de dois a cinco salários mínimos



Grupos que consideram **o tratamento desigual como forma de manifestação do racismo acima da média (42%)** são:

50%
pessoas com ensino superior



50%
de mulheres pretas



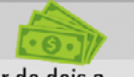
46%
pessoas de 25 a 34 anos



46%
moreadoras da região Sudeste




46%
renda familiar de dois a cinco salários mínimos



3% das pessoas não souberam ou não responderam como o racismo se manifesta. Dentre esse percentual, 8% são pessoas com 60 anos ou mais.

Do ponto de vista ideológico, o estudo demonstra que a população identifica o racismo mais como ação ou prática motivada contra grupos sociais do que contra pessoas, o que revela uma compreensão importante da dimensão ideológica do racismo: pessoas sofrem racismo por pertencer a um determinado grupo que teve suas características racializadas e estigmatizadas negativamente. No entanto, um ponto que precisamos avançar quanto à percepção do racismo pela sociedade





é a dimensão sistêmica/institucional/estrutural, já que a população acredita que a manifestação do racismo está mais relacionada às condutas e práticas presentes em relações e conflitos interpessoais do que em elementos estruturais; isso dificulta a compreensão das desigualdades em uma perspectiva sócio-histórica que, para além dos xingamentos, produz sub-representação e tratamento desigual de alguns grupos em diferentes instituições.

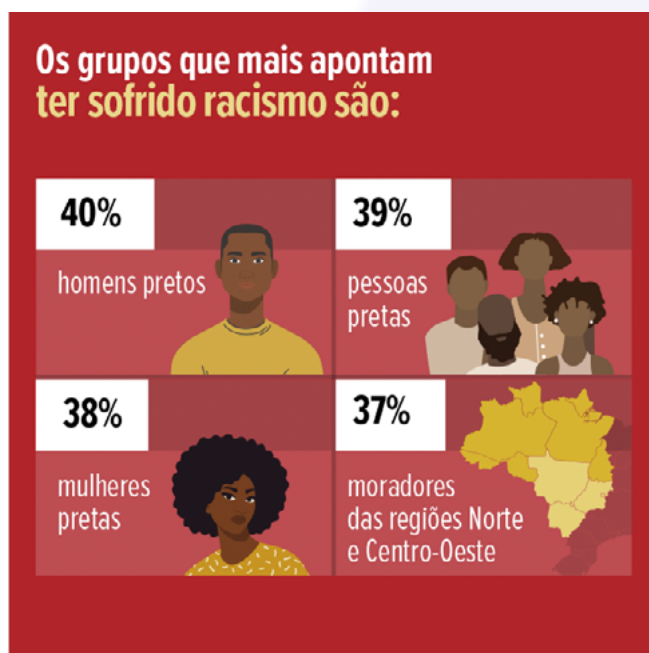
Nos itens sobre motivadores, formas de manifestação e práticas de racismo, pessoas com ensino superior e maior rendimento demonstram maior compreensão do impacto do racismo na sociedade brasileira. Essas são também, como veremos no bloco de educação, as que mais tiveram acesso, na educação básica, aos temas educação para as relações étnico-raciais, história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. No entanto, no bloco de políticas públicas percebemos que esses grupos são, ao mesmo tempo, os que mais compreendem o que é equidade e os que mais se posicionam contrários às políticas de enfrentamento às desigualdades, como as ações afirmativas.

Embora a população identifique o racismo como um problema no Brasil, há dificuldade de assumi-lo como elemento presente nos espaços privados e mais íntimos de suas vidas. Por exemplo, 44% apontam o racismo como principal fator gerador de desigualdades, 81% consideram que o Brasil é um país racista e 51% já presenciaram situações de racismo, mas apenas 24% concordam que já sofreram racismo e 11% que têm atitudes ou práticas racistas, o que significa que a sociedade brasileira é racista, mas um grupo mínimo identifica o racismo em suas próprias condutas ou experiências de vida. Assim, onde estão os racistas e as pessoas que sofrem racismo? Nem os grupos mais progressistas da pesquisa, que apresentam maior concordância com as características racistas do país, assumem a presença do racismo em seus espaços de convivência cotidiana, como escola, trabalho e família, assim como em suas práticas. Vale ressaltar que a maioria das pessoas identifica o ambiente educacional, seguido de trabalho e espaços públicos, como os principais locais onde já sofreu racismo. Pessoas pretas são as que mais concordam que já sofreram racismo, que presenciaram situações de racismo e que convivem com pessoas que sofrem racismo e que estudam e trabalham em instituições racistas. Ao interseccionar os dados, também percebemos uma experiência mais evidente e maior sensibilidade com a temática por mulheres pretas; no outro extremo estão os homens brancos.



2.3.2. O racismo no cotidiano

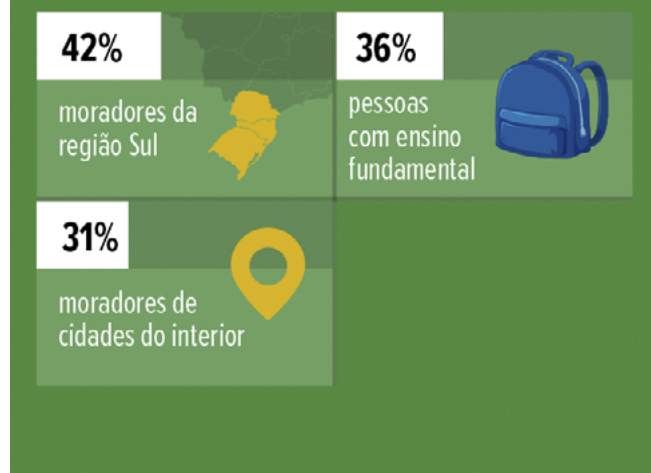
Se a maioria da população brasileira considera que o país é racista, como ela o identifica nas suas relações sociais? Assim como no item anterior, buscamos compreender como essa população identifica o racismo no seu cotidiano. Mais uma vez, apresentamos uma série de alternativas que buscam identificar o problema pela tríade ideológica, atitudinal e estrutural.



Os grupos que mais afirmaram **terem presenciado situações de racismo** são:



Grupos que **mais discordam de ter presenciado situações de racismo** são:



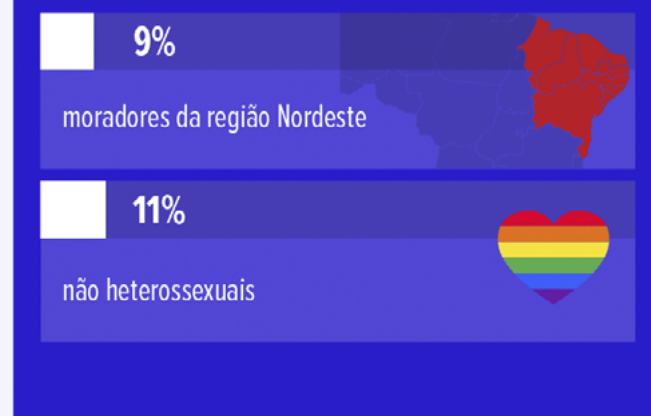
A partir desses resultados, podemos questionar onde estão as pessoas que sofrem racismo? O Brasil é um país racista, mas as pessoas não são racistas? A população brasileira tem repertório suficiente para compreender em quais contextos estão submetidos a situações de racismo? Há uma dificuldade em se autodeclarar uma pessoa que tem atitudes e práticas racistas e a identificação desse fenômeno está nas ações do outro. Esta pesquisa não responde essas perguntas, mas apresenta um paradoxo em termos de dados.

Conforme a pesquisa aproxima as questões sobre experiência com o racismo no universo íntimo das pessoas entrevistadas, há um aumento da negação desse fenômeno.

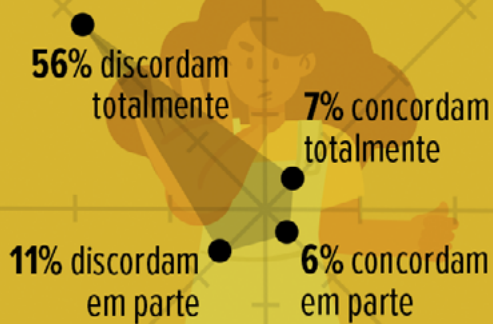
Quando perguntadas se **trabalham em uma instituição/empresa racista**:



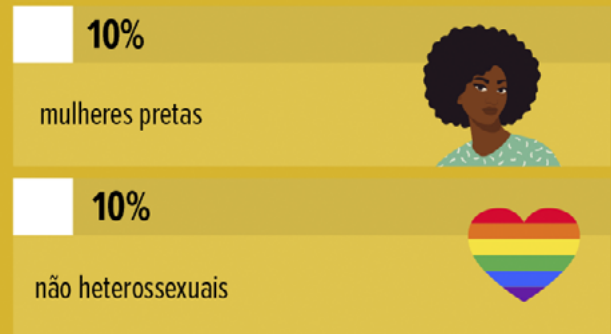
Grupos que **concordam totalmente** que trabalham em uma instituição/empresa racista, tendo indicadores **acima da média (6%)**.



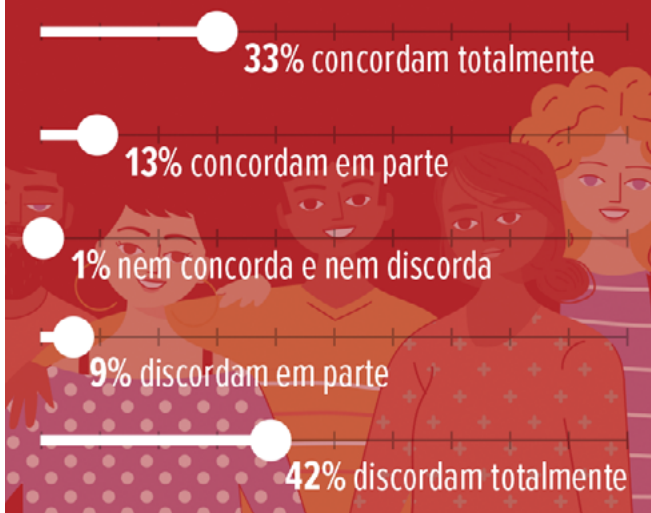
Quando perguntadas se estudam em uma escola/faculdade/universidade racista:



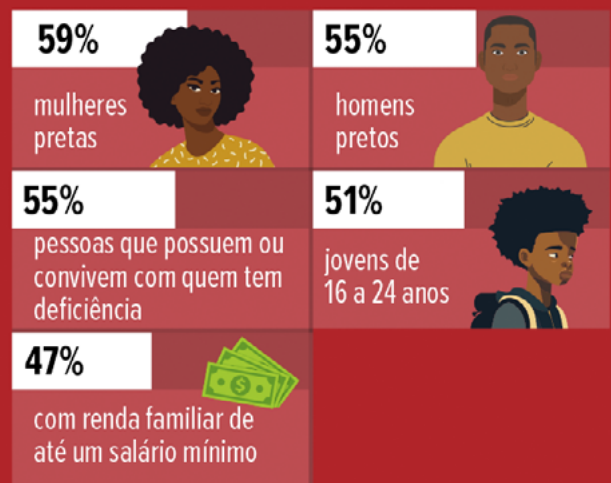
Grupos que concordam totalmente que estudam em uma escola/faculdade/universidade racista, tendo indicadores acima da média, são:



Convivência com pessoas que sofrem racismo, sendo que:



Grupos que mais afirmam conviver com vítimas do racismo são:



Grupos que mais indicam não conviver com pessoas que sofrem racismo, demonstrando índices acima da média, são:



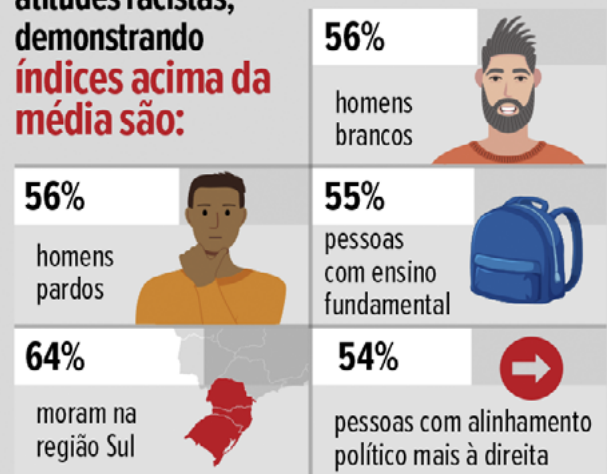
Com relação à convivência com pessoas que praticam racismo



Os grupos que concordam totalmente acima da média (20%) que convivem com pessoas que têm atitudes racistas são:



Grupos que mais discordam da afirmação de que convivem com pessoas que têm atitudes racistas, demonstrando índices acima da média são:



Quando questionadas se suas famílias são racistas



8% das mulheres pretas concordam totalmente que suas famílias são racistas.

Até este ponto, vemos uma tendência de homens, pessoas menos escolarizadas, de municípios menores e pessoas mais à direita reconhecerem menos o racismo como um problema brasileiro. Na contramão, mulheres, pessoas jovens, pessoas pretas e pardas, não heterossexuais e da região nordeste apresentam uma maior tendência em avaliar criticamente a temática do racismo e reconhecer suas formas de expressão.

Ao questionar apenas as pessoas que responderam já ter sofrido ou sofrerem racismo sobre os aspectos dessa experiência, temos os seguintes indicadores:

Dentre as pessoas que concordaram totalmente ou em parte que **já sofreram ou sofrem racismo (27%)**



38% apontam que a prática racista acontece em escola/faculdade/ universidade;

29% no trabalho;

28% em espaços públicos (ruas, parques, praças etc.);

18% nos estabelecimentos comerciais (supermercados, shopping, lojas de rua, cinemas, restaurantes etc.);

11% no ambiente familiar;

Continua ▶

Dentre as pessoas que concordaram totalmente ou em parte que **já sofreram ou sofrem racismo (27%)**



10% apontam que a prática racista acontece no banco;

8% na comunidade em que moram;

7% no transporte público;

5% em espaços religiosos;

e **3%** em agências de recrutamento para o trabalho

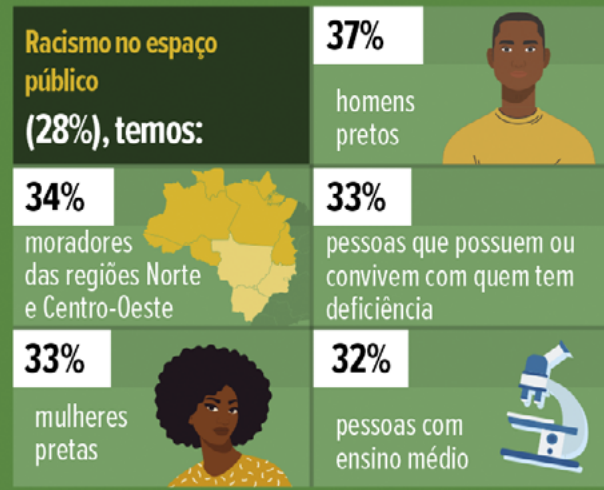
De todas as pessoas questionadas se sofrem ou sofreram racismo, **apenas 9% não sabem ou não responderam.**



Grupos que mais sofrem ou sofreram racismo em lugares específicos, estando acima da média



Grupos que mais sofrem ou sofreram racismo em lugares específicos, estando acima da média



Grupos que mais sofrem ou sofreram racismo em lugares específicos, estando acima da média




É importante destacar que homens pretos e pardos e peças de 25 a 34 anos são os que mais apontam sofrer violência nos espaços públicos, isso se relaciona com os dados de segurança pública e violência contra jovens negros. Mulheres pretas e pardas são as que mais apontam sofrer racismo no ambiente educacional, espaço marcado por estigmas raciais que permeiam os encontros entre os diferentes grupos sociais no ambiente escolar.



Ao questionar qual grupo sofre mais racismo no Brasil, a pesquisa apontou como opções pretos, pardos, indígenas, quilombolas, brancos, asiáticos, imigrantes latinos, imigrantes africanos, imigrantes asiáticos e imigrantes europeus. As pessoas repondentes apontaram os grupos que mais sofrem racismo no Brasil, em ordem decrescente: os pretos, os indígenas, os imigrantes africanos, os quilombolas e os pardos.





Da mesma forma que as pessoas pretas são as que mais apontam sofrer racismo, 96% da população também considera que os pretos são os que mais sofrem racismo no Brasil – o que é consenso entre diferentes grupos sociais, se considerarmos as variáveis gênero, raça/cor, grupos de idade, renda, escolaridade, regiões, tipos de município, portes de município, religião, orientação sexual, pessoas que convivem com quem tem ou tem alguma deficiência e orientação política. Outros grupos que aparecem com percentuais expressivos como os que mais sofrem racismo no Brasil, ainda que distantes do grupo de pretos (96%), são os indígenas (57%), os imigrantes africanos (38%), os quilombolas (29%) e os pardos (23%). Dessa forma, há a compreensão da população brasileira de que os grupos que foram subalternizados pelo processo colonial e escravidão no Brasil são, ainda hoje, as maiores vítimas de racismo.

Este tópico revela que o racismo é visto como um problema no Brasil, mas as atitudes e percepções das pessoas sobre como ele se materializa no cotidiano é pouco refletida; ou seja, o racismo existe como algo observado, mas não presente nos grupos, espaços, instituições e nas próprias condutas das pessoas respondentes. Vale ressaltar que o olhar interseccionado sobre os dados revela maiores percentuais de percepção e experiência entre pessoas pretas, sobretudo mulheres pretas.

2.4. Racismo institucional

A forma como o racismo se manifesta nas estruturas da sociedade e no interior das instituições, produzindo tratamento e oportunidades desiguais para determinados grupos sociais – no caso do Brasil, negros e indígenas – é chamado de racismo institucional. Esse conceito refere-se ao fracasso das instituições e organizações em garantir os direitos e o atendimento de forma equânime para todos os grupos sociais, o que se explicita por meio de indicadores que demonstram que alguns grupos são favorecidos em detrimento de outros (Werneck, 2013).

Com relação à ação institucional do Estado, temos o seguinte cenário:



Em relação à afirmação “Aumentar a representatividade das pessoas negras na política e em cargos de poder contribui para diminuir as desigualdades estruturais”, temos que:



Grupos que mais concordam com essa afirmação são:

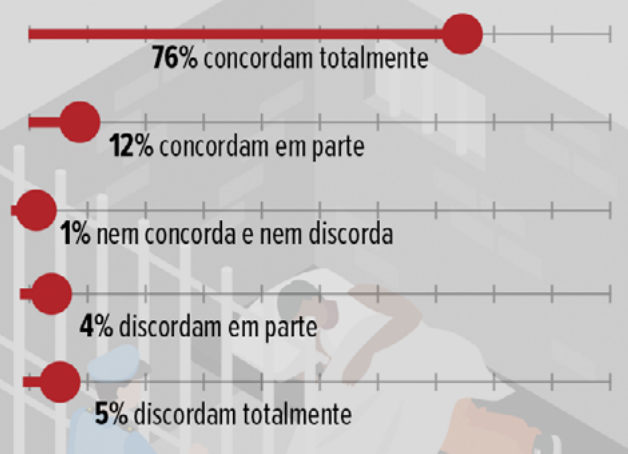


A pesquisa revelou que **25%** das pessoas com renda familiar de mais de cinco salários mínimos **discordam totalmente**.

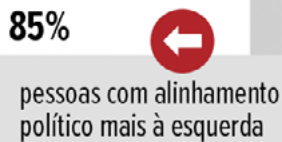
Grupos que **discordam totalmente** acima da média (9%) que **há diferença no tratamento pelas polícias são**



A maioria das pessoas entrevistadas concordam que **peças negras são mais criminalizadas e punidas** do que as peças brancas

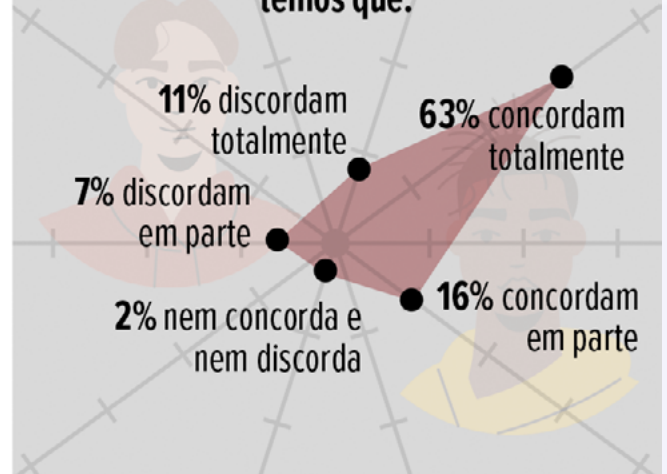


Grupos que **concordam totalmente** acima da média (76%) que **peças negras são mais criminalizadas e punidas** do que pessoas brancas são



O grupo que majoritariamente discorda sobre a noção de que a criminalização incide mais sobre pessoas negras do que brancas é aquele com alinhamento político mais à direita, com 9% de pessoas discordando totalmente.

Para a pergunta “A abordagem policial é baseada na cor da pele, no tipo de cabelo e de vestimenta das pessoas”, temos que:



Grupos que **concordam totalmente** acima da média (63%) que as abordagens das polícias são baseadas na cor da pele, no tipo de cabelo e de vestimenta das pessoas são

74% das mulheres pretas;

73% das pessoas com alinhamento político mais à esquerda;

67% das mulheres brancas;

67% das pessoas da região Sudeste; e

65% das mulheres pardas.

17% das pessoas com alinhamento político mais à direita discordam de que as abordagens das polícias são baseadas na cor da pele, no tipo de cabelo e de vestimenta das pessoas.

Ao adentrar a dimensão do racismo institucional, a maior parte da população brasileira considera que há tratamento diferenciado entre pessoas negras e pessoas brancas pelas polícias (84%), que as pessoas negras são mais criminalizadas que as pessoas brancas (88%) e que a abordagem policial é baseada na cor da pele (78%). Essas são apenas algumas das dimensões do racismo institucional que foram questionadas de forma direta pela pesquisa e que demonstram o paradoxo entre o reconhecimento desse





fenômeno com as principais formas de manifestação do racismo supracitadas. Ou seja, a sociedade reconhece a existência do racismo, diante de uma variedade de opções sobre a expressão do racismo e indica alternativas mais relacionadas às relações interpessoais. Contudo, em questões mais diretas sobre o racismo institucional pelas polícias e sistema de justiça, a sociedade afirma massivamente a existência deste fenômeno. Também, ao mesmo tempo que, frente às diversas variáveis, as pessoas optem primeiro pela identificação do racismo como manifestação das relações interpessoais, elas têm dificuldades de identificar o racismo tanto nas suas próprias relações interpessoais como nas instituições de seu próprio universo particular, como seu ambiente de trabalho, de estudos e família e entre as pessoas com as quais convivem.

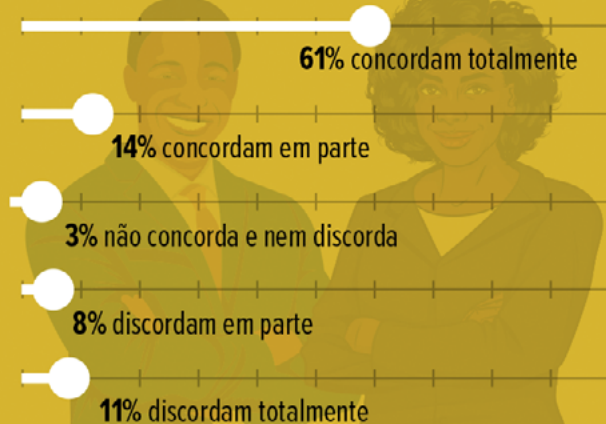
Para superar as problemáticas decorrentes do racismo até aqui identificadas, o estudo aponta que mais da metade da população (49%) discorda totalmente (29%) ou em parte (20%) que o país tem políticas públicas suficientes para superar o racismo e que a maioria concorda que a representação de pessoas negras nos espaços de poder contribuiria para diminuir as desigualdades estruturais (75%, sendo 61% concorda totalmente e 14%, em parte). Dessa forma, o estudo indica que a inserção de grupos historicamente discriminados em espaços estratégicos poderia suprir uma lacuna de ações institucionais que possibilitaria promover a equidade racial.



Os grupos que **concordam totalmente** acima da média (29%) dessa afirmação são



Em relação à afirmação “Aumentar a representatividade das pessoas negras na política e em cargos de poder contribui para diminuir as desigualdades estruturais”, temos que:



Grupos que **mais concordam** com essa afirmação são:



A pesquisa revelou que **25%** das pessoas com renda familiar de mais de cinco salários mínimos **discordam totalmente**.

Após questionar como as pessoas percebem o racismo e sua forma de manifestação no Brasil, este tópico buscou também compreender a desigualdade de tratamento entre pessoas negras e brancas por instituições do Estado, especialmente da justiça e da segurança pública. Os dados revelam que a população brasileira tem a percepção de que há tratamento desigual, discorda que o país tem políticas públicas suficientes para enfrentar esse problema e afirma que a mudança da configuração das instituições com maior representação da população negra poderia mudar o quadro.



2.5. Criminalização do racismo

Embora o Brasil tenha uma legislação avançada para a criminalização do racismo, Campos (2017) aponta que o enfrentamento desse fenômeno pela via do comportamento demonstrou às diferentes sociedades que embora a dimensão prática estivesse sendo punida, as desigualdades e barreiras entre diferentes grupos raciais se mantinham devido à dimensão institucional do racismo. Dessa forma, ao perguntar sobre a criminalização do racismo, visando identificar as barreiras institucionais, para tal processo, esta pesquisa perguntou se as leis que penalizam o racismo no Brasil são suficientes para evitar práticas racistas tanto por parte das pessoas como por parte das instituições.



Os grupos que **mais apontam** que as leis que criminalizam o racismo no Brasil **não são suficientes** para evitar práticas racistas são:

76%

pessoas da região Nordeste



74%

jovens de 16 a 24 anos



74%

pessoas que possuem ou convivem com quem tem deficiência

73%

pessoas com o ensino superior



70%

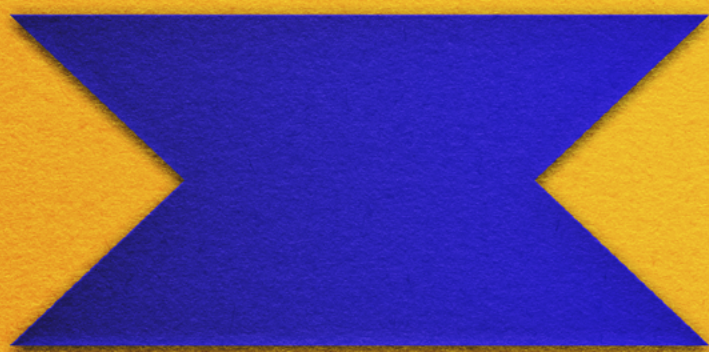
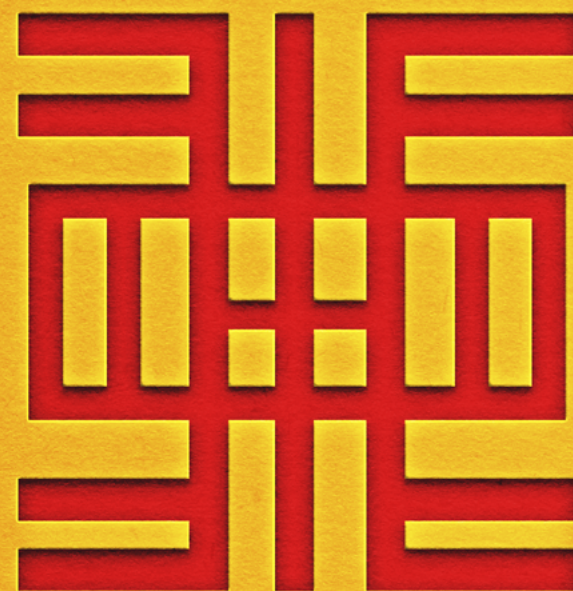
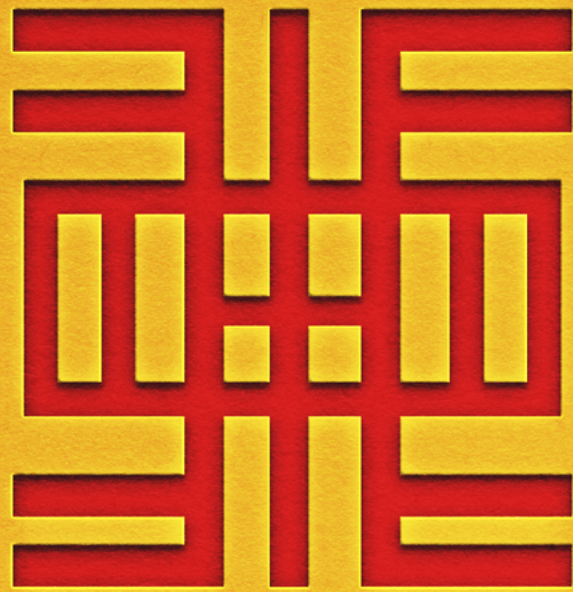
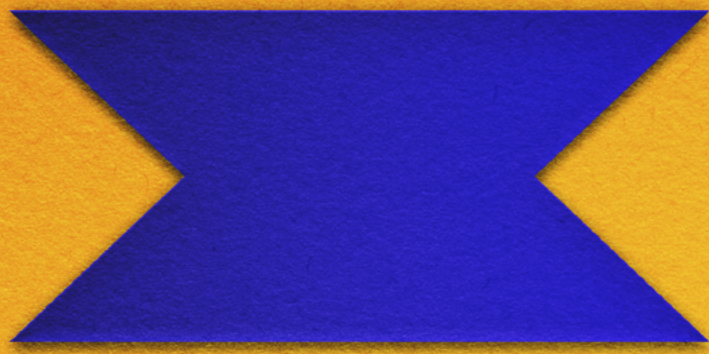
mulheres pardas



Neste item, os homens demonstram ter uma perspectiva mais punitivista do que as mulheres, sendo que 26% deles discordam totalmente ou em parte da criminalização do racismo e 32% delas têm a mesma posição. Se voltarmos às categorias anteriores, elas reconhecem mais o racismo, ao mesmo tempo em que o criminalizam menos.

Tendo em vista o bloco de questões da pesquisa relativas às percepções sobre o racismo e sobre as desigualdades, passaremos ao próximo bloco. Sendo assim, serão observadas questões relativas à educação.







3 - EDUCAÇÃO

*Luciana Ribeiro de Oliveira
Doutora em Educação pela Unirio*

Neste bloco, abordamos o alcance, percepção e importância dada aos temas relacionados à diversidade, à diferença e às desigualdades no ambiente escolar, como histórias e culturas indígenas, afro-brasileiras e africanas, racismo, gênero e busca de igualdade entre homens e mulheres, e a forma como a sociedade entende pessoas dos sexos masculino e feminino, história e protagonismo das mulheres e sexualidade e atração sexual afetiva entre as pessoas. Abordaremos também se as pessoas respondentes da pesquisa PRB sofreram/sofrem violência na escola, e quais os tipos de violências sofridas. Por último, analisamos a percepção dada à importância da convivência social entre pessoas com deficiência (PCDs) e sem deficiência em espaços como escolas, faculdades, universidades e no trabalho.

Uma educação antirracista não se faz com poucas mãos, mas coletivamente, nutrida pela construção, colaboração e luta contra o racismo, gestadas e paridas pelo Movimento Negro brasileiro, que sempre teve como centralidade a pauta da educação como um projeto político, social e pedagógico em prol de uma sociedade democrática e mais equânime.

Em 2003, o Brasil deu um passo significativo a favor da educação antirracista com a promulgação da Lei Federal n. 10.639, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Alguns anos depois, em 2008, outro avanço nessa mesma direção foi dado com a criação da Lei Federal n. 11.645, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura dos Povos Indígenas. As duas leis são marcos legais que contribuem para o enfrentamento do racismo presente na instituição escolar.

3.1. Temas relevantes e mais aprendidos na escola: racismo, história e cultura africana, história e cultura afro-brasileira e história e cultura indígena

Após 20 anos da implementação e construção dos marcos legais em Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER), o que vimos diante dos resultados desta pesquisa nos apontam algumas questões importantes a serem consideradas, sobretudo quando pensamos sobre o caminho para uma educação antirracista que anda em consonância com os objetivos da implementação do marco legal em ERER. Ao mesmo





tempo que estes dados indicam avanços no que diz respeito à percepção de que o racismo é o tema mais importante a ser estudado na escola (69%), e que o tema mais aprendido na escola foi o ensino da história e cultura indígena (52%), seguido do ensino de história e cultura afro-brasileira (46%), eles também nos revelam que para as pessoas que tiveram contato com os temas pesquisados, a forma como foram abordados na escola foi maior para o “pouco adequada” ou “nada adequada”.

A pesquisa aponta que 69% das pessoas consideram que o tema mais importante a ser estudado dentro das escolas é o racismo. Quando analisamos os grupos que compreendem esse tema como prioritário acima da média geral, temos o seguinte panorama:

Os que menos reconhecem

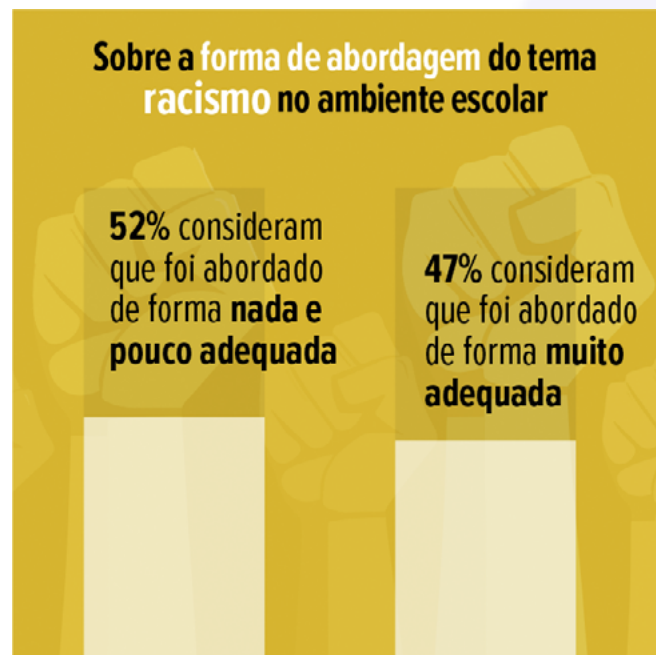
- 61% das pessoas com ensino fundamental;
- 58% das pessoas com 60 anos ou mais;
- 65% homens;
- 63% homens brancos;
- 64% homens pretos.



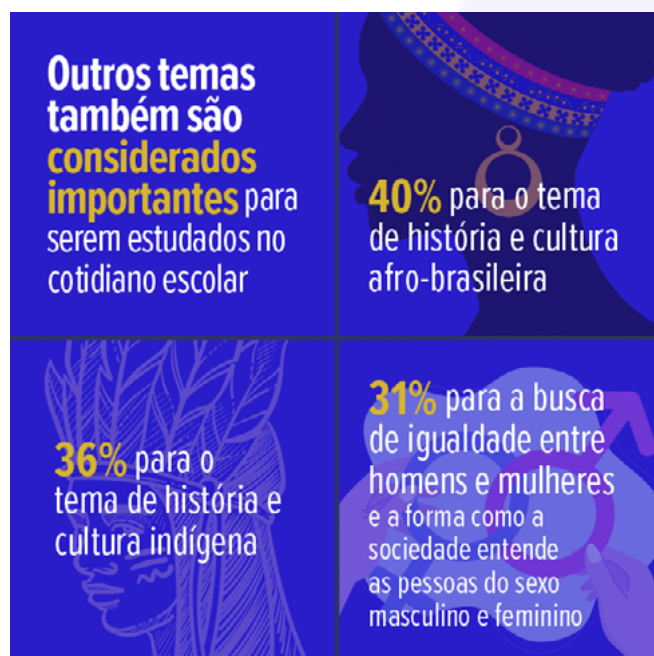
Os homens (65%), independentemente da raça/cor declarada, são os que menos reconhecem o racismo como relevante e que deve ser estudado na escola, e os homens brancos (63%), em comparação às mulheres brancas (78%), reconhecem ainda menos a relevância desse tema

No entanto, apesar do racismo ser considerado o tema mais relevante para ser estudado no espaço escolar, observamos que, dentre as pessoas respondentes na amostra geral, apenas 37% aprenderam sobre racismo na escola. Esse cenário se torna mais complexo quando 52% das pessoas que aprenderam sobre esse tema na escola indicam que ele foi abordado de modo pouco e nada adequado.





Outros temas também são considerados relevantes para serem estudados no cotidiano escolar. No entanto, aparecem em um percentual muito abaixo da temática do racismo:



As pessoas que possuem maior renda, que têm mais anos de estudo e pessoas com idade de 25 a 34 anos percebem com maior expressividade que o tema história e cultura afro-brasileira tem mais relevância para ser estudado na escola.





Embora o tema racismo tenha sido reconhecido como o mais relevante a ser estudado nas escolas (69%), observa-se que os demais temas que estão diretamente ligados ao marco legal em EREER, como história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, apresentam índices menores que o próprio tema racismo. Neste contexto, consideramos que pode haver uma dificuldade de as pessoas relacionarem o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, da forma como previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no parecer das Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08, como instrumentos importantes para o combate ao racismo. O marco legal em EREER suscita um debate político antirracista, uma vez que propõe, nos termos das leis, uma mudança contra hegemônica na construção e produção de conhecimento no campo educacional, com uma “nova interpretação dos processos históricos, uma nova abordagem da construção de saberes que, até o presente momento, foi privilégio de um setor dominante na sociedade brasileira no interior das escolas” (Lins; Oliveira, 2013, p. 15).

No que se refere aos temas considerados menos relevantes de serem estudados na escola, menos de dois terços das pessoas entrevistadas, ou seja, menos de 33%, consideram os temas gênero, história das contribuições e do protagonismo das mulheres e sexualidade como relevantes de serem ensinados.





É importante ressaltar que história e cultura africana, história das contribuições e do protagonismo das mulheres e sexualidade foram os temas mais invisibilizados na trajetória escolar, tanto no percentual de pessoas que os consideram menos relevantes quanto no percentual de pessoas que aprenderam sobre esses assuntos na escola:

- 25% aprenderam sobre história e cultura Africana;
- 10% aprenderam sobre história das contribuições e do protagonismo das mulheres;
- 8% aprenderam sobre sexualidade.

Ainda sobre os temas que foram mais aprendidos na escola temos de forma decrescente o seguinte cenário:



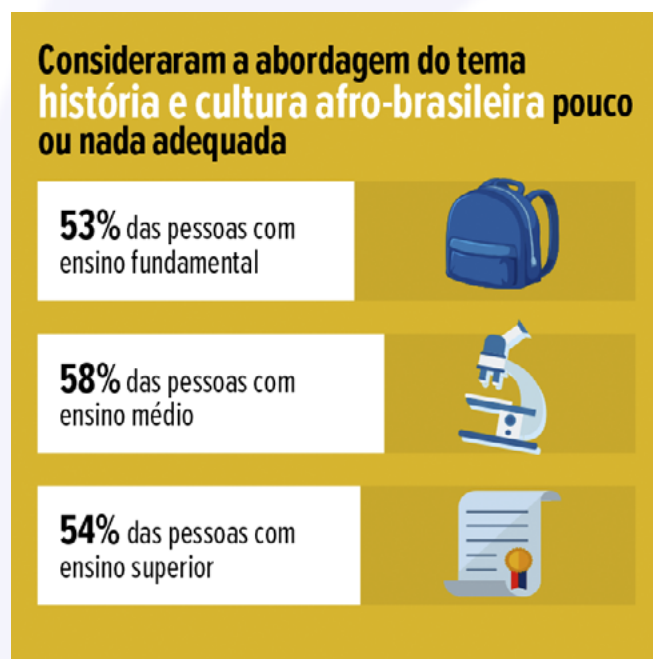
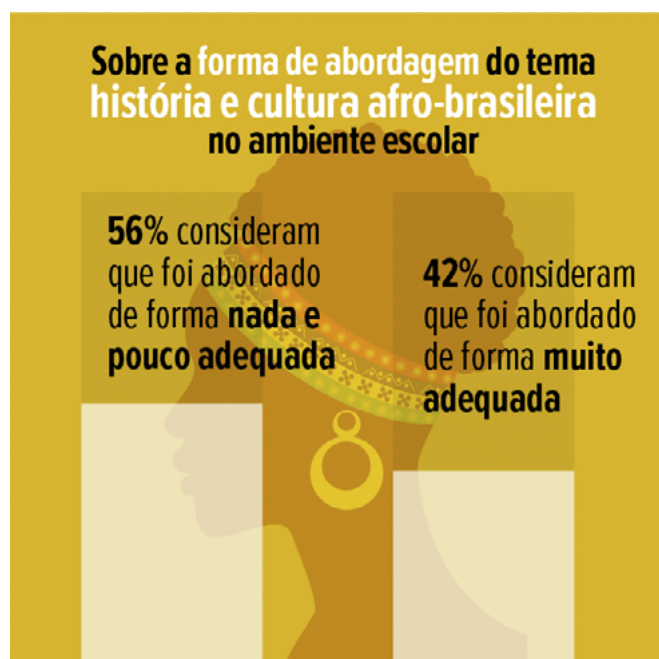
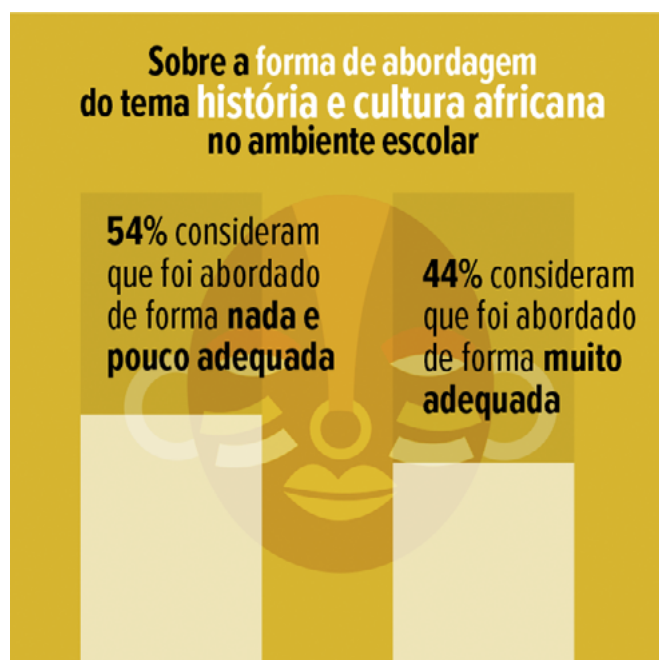
Apenas 13% das pessoas com ensino fundamental aprenderam sobre ensino de história e cultura africana na escola. Independentemente de raça/cor, região, renda, sexo, idade, religião e escolaridade, história e cultura africana foi o tema menos aprendido na escola, dentre os temas racismo, história e cultura indígena, história e cultura afro-brasileira e história e cultura africana.

Nos mais jovens, é mais expressiva a parcela que afirma ter estudado alguns dos temas avaliados em suas escolas, ao passo que as pessoas com ensino fundamental (24%) e quase um terço das pessoas com 60 anos ou mais dizem não ter aprendido nenhum deles (31%).





Dentre as pessoas participantes da pesquisa que afirmaram ter aprendido sobre história e cultura africana, história e cultura afro-brasileira, história e cultura indígena e racismo no ambiente escolar, questionou-se a forma de abordagem desses temas. Mais da metade das pessoas entrevistadas, de todos os níveis educacionais, consideram que a forma que esses temas foram abordados na escola é pouco ou nada adequada.





Sobre a forma de abordagem do tema história e cultura indígena no ambiente escolar

53% consideram que foi abordado de forma **nada e pouco adequada**

46% consideram que foi abordado de forma **muito adequada**



Consideraram a abordagem do tema história e cultura indígena pouco ou nada adequada

50% das pessoas com ensino fundamental



53% das pessoas com ensino médio



56% das pessoas com ensino superior



Sobre a forma de abordagem do tema racismo no ambiente escolar

52% consideram que foi abordado de forma **nada e pouco adequada**

47% consideram que foi abordado de forma **muito adequada**



Consideraram a abordagem do tema racismo pouco ou nada adequada

51% das pessoas com ensino fundamental



51% das pessoas com ensino médio



53% das pessoas com ensino superior





Por ora, podemos destacar que apesar dos temas “racismo” e “história e cultura indígena, africana e afro-brasileira” terem sido estudados na escola, os resultados da pesquisa PRB apontam que as pessoas respondentes que entraram em contato com esses temas consideram mais que foram abordados de forma pouco ou nada adequada.

Nilma Lino Gomes e Rodrigo Ednilson de Jesus (2013, p. 32), na pesquisa Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003, concluem, dentre outras questões, “que não há uma uniformidade no processo de implementação da Lei nº 10.639/2003 nos sistemas de ensino e nas escolas públicas participantes. Trata-se de um contexto ainda marcado por tensões, avanços e limites”. Ainda que o universo da pesquisa tenha alcançado pessoas que concluíram o ensino fundamental, médio ou superior antes ou durante a implementação dos marcos legais em EREER, esses dados podem contribuir para pensarmos nessa uniformidade e consenso no campo educacional brasileiro mencionados pelos autores.

3.2. Temas relevantes e mais aprendidos na escola: gênero, sexualidade e história das contribuições e protagonismo das mulheres

Em relação aos temas sobre diversidade, encontramos um cenário ainda mais complexo no que se refere ao aprendizado e à forma como os temas foram abordados na escola. Ainda que o tema gênero (31%) tenha alcançado um patamar mais significativo do que o de história e cultura africana (26%), quanto à relevância, ele segue como um dos mais invisibilizados na trajetória escolar, seguido dos demais: sexualidade e história das contribuições das mulheres.









Mais de 85% das pessoas que responderam à pesquisa não aprenderam nenhum desses temas. O cenário se complexifica quando constatamos que as pessoas que entraram em contato com esses temas na escola consideram que eles foram abordados de forma pouco ou nada adequada. Destacamos, portanto, as análises por variáveis, que as pessoas mais jovens, as que possuem nível superior e as que se dizem mais progressistas, quanto à orientação política, percebem mais a importância desses temas serem debatidos na escola e também que eles foram abordados de forma pouco ou nada adequada.

Apesar de as pessoas participantes das pesquisas **reconhecerem a importância dos temas de gênero, história das contribuições e do protagonismo das mulheres e sexualidade** serem ensinados nas escolas,


mais de 85% das pessoas entrevistadas não aprenderam sobre essas temáticas.

- 14% das pessoas aprenderam sobre gênero 
- 10% das pessoas aprenderam sobre história das contribuições e do protagonismo das mulheres 
- 8% das pessoas aprenderam sobre sexualidade 

Grupos que mais consideram o tema de gênero no ambiente escolar são:

- 37% das pessoas jovens de 16 a 24 anos 
- 39% das pessoas com ensino superior 

Em relação aos grupos que consideraram o tema sexualidade relevante, identificamos:

- 31% das pessoas jovens de 16 a 24 anos 
- 30% das pessoas com ensino superior 

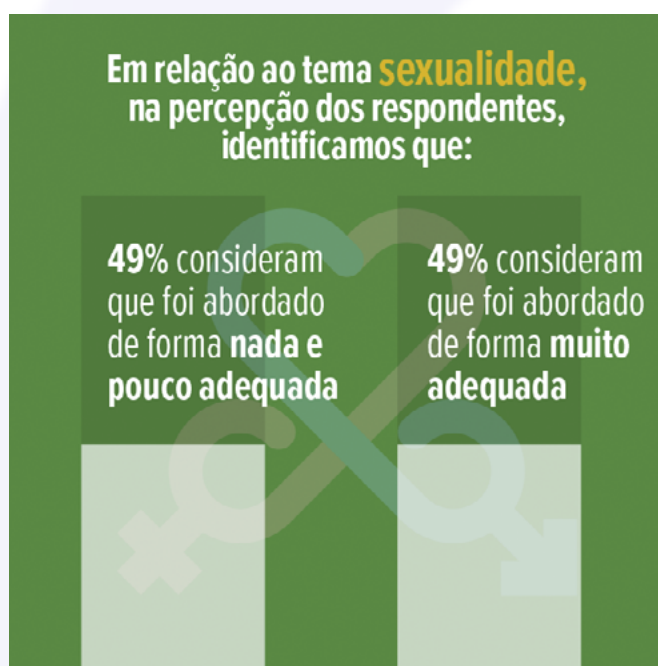
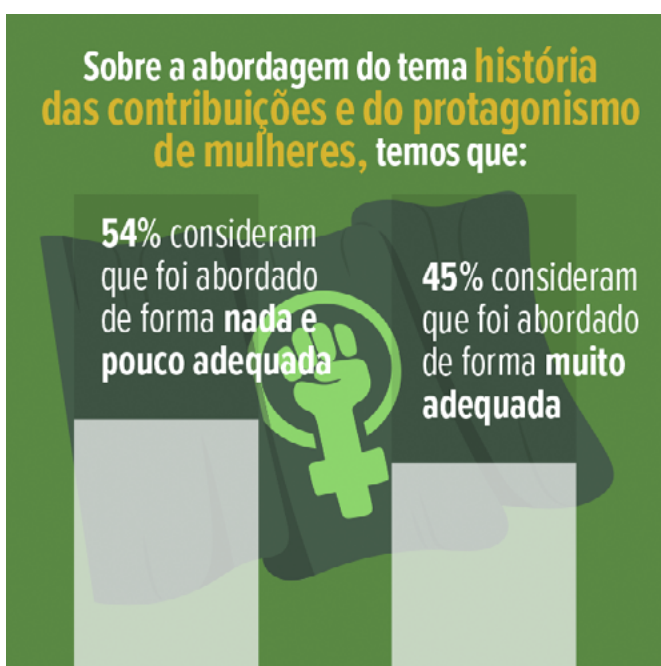
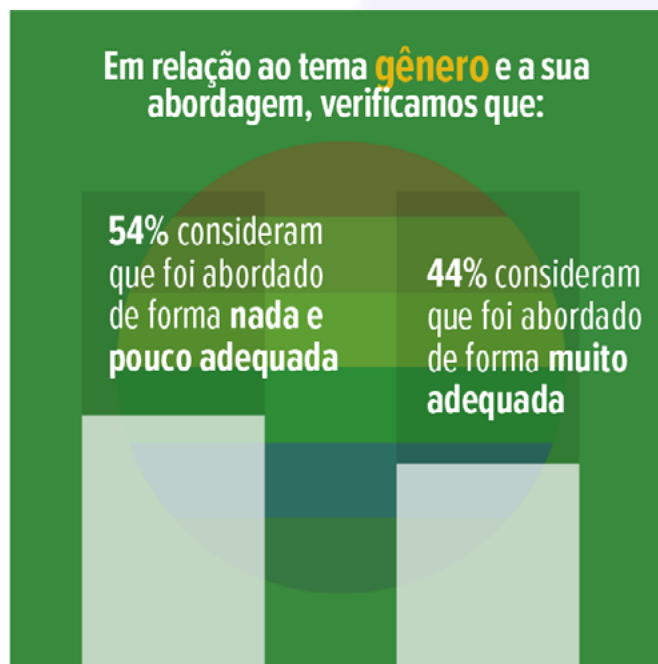
Sobre o tema história das contribuições e do protagonismo das mulheres, os que mais consideraram a sua relevância são:

- 33% das pessoas com ensino superior 
- 28% das pessoas jovens de 16 a 24 anos 







A história das contribuições e protagonismo das mulheres foi um dos temas menos aprendidos na escola e, ainda assim, de forma pouco ou nada adequada, segundo a percepção das pessoas respondentes. Já para “sexualidade”, apesar de ter sido um dos temas que menos aparece na trajetória escolar, não há diferença entre muito, pouco ou nada adequada; os percentuais são iguais na percepção das pessoas que tiveram contato com esse tema. O tema “gênero”, apesar de ocupar uma posição melhor do que os dois temas anteriores, também foi aprendido, na percepção das pessoas respondentes, de maneira pouco ou nada adequada.






Sobre o tema **sexualidade**, destacamos que os índices são iguais quando comparados,


 **pois 49%** das pessoas responderam que o tema foi abordado de **forma muito adequada**,

 **ao passo que 49%** também afirmam que essa temática foi abordada de modo **pouco ou nada adequado**.


Ao analisarmos os dados referente à percepção das pessoas sobre o que acabamos de descrever, algumas reflexões se fazem necessárias. Qual a importância de se falar em desigualdades de gênero, raça e sexualidade na escola? “Trata-se de exclusão social ou de reprodução de padrões discriminatórios de nossa cultura? Ou ainda de ambas as coisas? O cenário educacional no Brasil atual apresenta complexidades múltiplas e profundas” (Querino; Lima; Madsen, 2011, p. 130). Trazemos essas questões sobretudo quando olhamos os dados da amostra geral desta pesquisa e constatamos que 13% das pessoas respondentes não aprenderam nenhum dos temas pesquisados. As pessoas mais jovens e as que possuem nível superior são aquelas que mais aprenderam sobre esses temas na escola.


Grupos que mais aprenderam sobre o tema de gênero no ambiente escolar são:

18% das pessoas com idade entre 16 e 24 anos 

19% das pessoas têm ensino superior 

Sobre o tema história das contribuições e do protagonismo das mulheres, os que aprenderam esse tema são:

18% das pessoas com idade entre 16 e 24 anos 

14% das pessoas com ensino superior 



Sobre o tema **sexualidade**, a aprendizagem por grupos revela que:

12% das pessoas têm idade entre 16 e 24 anos



12% das pessoas têm ensino superior



Apenas 13% das pessoas com ensino fundamental aprenderam sobre ensino de história e cultura africana na escola.



Nesse contexto, acreditamos que os embates epistemológicos e o debate de temas relacionados à diversidade, gênero, raça e sexualidade são necessários no campo educacional, uma vez que suscitam disputas de narrativas e podem contribuir para o deslocamento democrático do encaminhamento de conteúdo, currículos, práticas e ações, assim como nas metodologias de formação docente, e, conseqüentemente na escola.

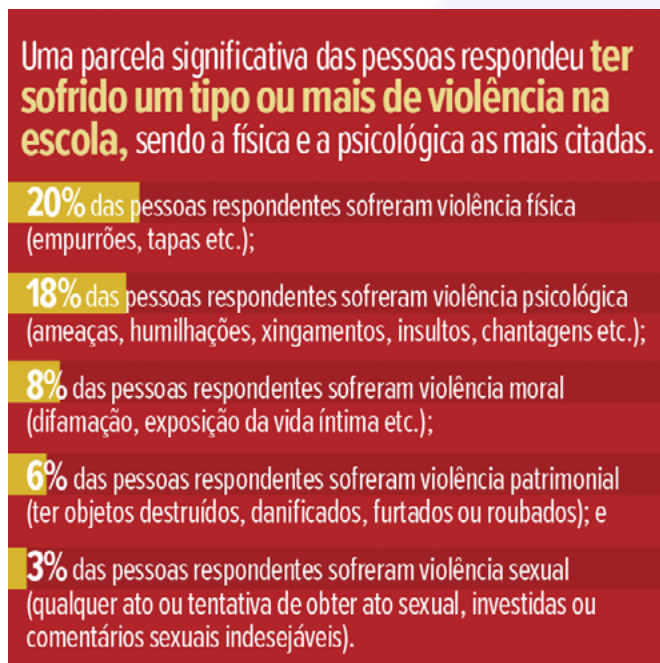
3.3. Violências nas escolas

No que diz respeito ao tema violência, a pesquisa nos revela dados que indicam um panorama das violências praticadas no ambiente escolar. Ao serem perguntadas se já sofreram algum tipo de violência na escola, 63% das pessoas afirmaram nunca ter sofrido essa experiência. No entanto, apesar desse dado apontar um cenário positivo em relação à percepção sobre as violências ocorridas no ambiente escolar, temos que 34% do total das pessoas entrevistadas responderam que sofreram algum tipo de violência na escola, sendo a violência física e psicológica as mais citadas. Ou seja, ainda que o percentual das pessoas que responderam ter sofrido algum tipo de violência no ambiente escolar esteja abaixo das pessoas que não sofreram, esse dado é altíssimo, sobretudo quando articulamos as variáveis por raça/cor e gênero. Ao observarmos os percentuais das respostas das mulheres, constatamos que são as que se declaram pretas que mais afirmam sofrer ou já terem sofrido violência física na escola (25%), se compararmos com mulheres pardas (17%) e mulheres brancas





(13%). Quanto à violência psicológica, as mulheres que se declaram pretas também aparecem com percentual alto (25%) comparado às mulheres pardas e brancas (19% para ambas).



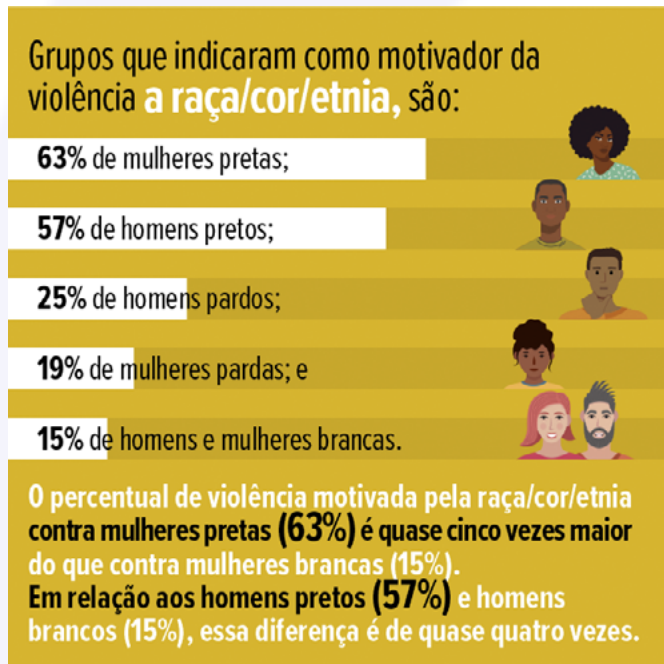
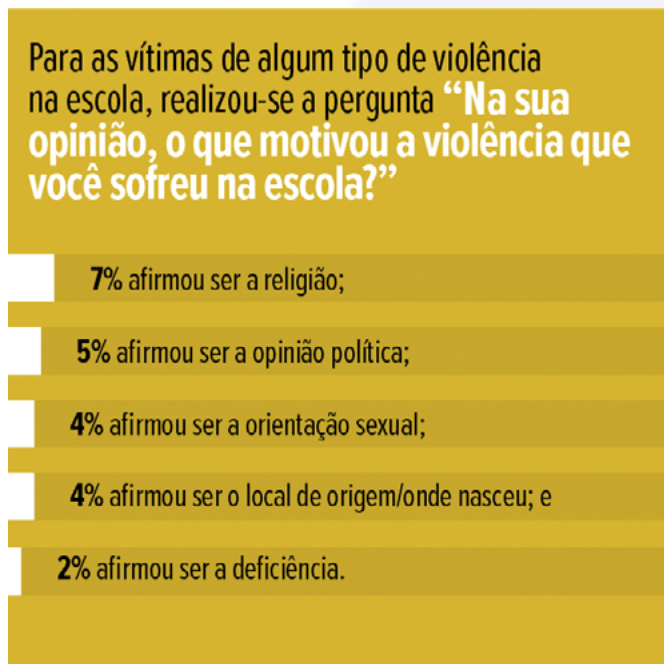
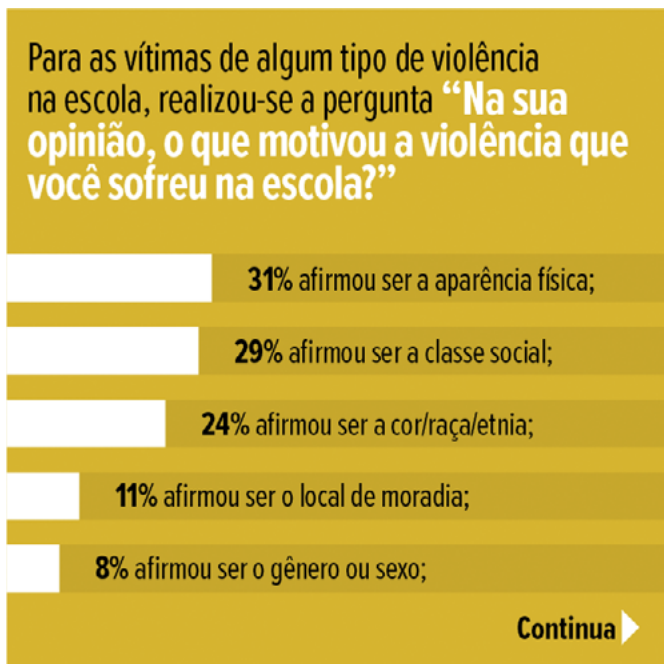


Diversos estudos apontam que a escola ainda permanece como o lugar onde acontecem as maiores experiências e violências que geram traumas até a vida adulta, sobretudo naquelas pessoas que não se encaixam no padrão universalista da sociedade (IBGE, 2019; UNESCO, 2017; UNESCO/INEP, 2006). Para crianças negras, indígenas e quilombolas, o processo traumático das experiências vividas no ambiente escolar, frutos do racismo que assola nossa sociedade, vai acarretar efeitos psicossociais muitas vezes paralisantes em suas trajetórias educacionais, o que “significa que a educação, direito fundamental, introduz valores opressores e desumanizadores precocemente na forma de ser e estar de crianças afro-brasileiras” (Njeri, 2019, p. 5), indígenas e com deficiência.





Dentre as pessoas que responderam ter sofrido algum tipo de violência na escola, a aparência física foi a mais citada, seguida de classe social. O dado se complexifica quando articulamos por raça/cor e gênero e observamos que são as pessoas pretas — homens e mulheres — que mais sofreram algum tipo de violência na escola. Quando perguntamos qual o principal motivador para essas violências, são as mulheres pretas (63%) que mais percebem que o fator raça/cor e etnia é o principal motivador de violência sofrida por elas na escola, seguido pelos homens pretos (57%). Homens e mulheres brancos aparecem bem abaixo. Para Lélia Gonzalez (2020) a mulher negra sofre o racismo de forma “tríplice: social, racial e sexual” e “os casos de violência para com a mulher e os negros ocorrem em consequência de um racismo e machismo desenfreados” (p. 298).

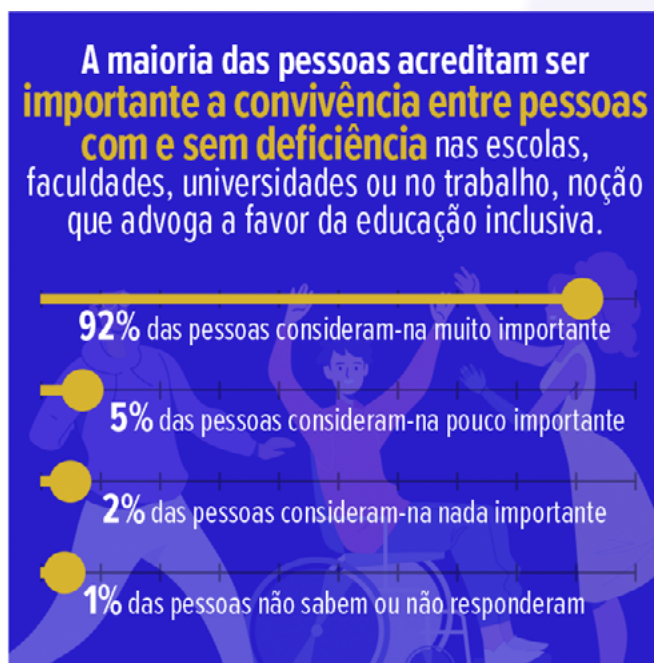




Nesse sentido, identificamos que o fator racial, acentua ainda mais as formas como as violências sofridas na escola são experienciadas de maneira mais expressiva entre mulheres pretas e homens pretos.

3.4. Pessoas com deficiência e convivência democrática

Por meio dos dados coletados, notamos que a maioria das pessoas respondentes da pesquisa acreditam ser importante a convivência entre pessoas com e sem deficiência nas escolas, faculdades, universidades ou no trabalho, percepção que advoga a favor da educação inclusiva. Praticamente todos os grupos pesquisados consideram importante a convivência. No entanto, pessoas com 60 anos ou mais são as únicas que apresentam uma diferença significativa em relação à média geral entre aquelas que consideram muito importante a convivência, com apenas 87% se posicionando dessa forma e 11% entre as que mais consideram pouco (7%) ou nada importante (4%), ultrapassando, na soma, a média da amostra total, que é de 7% entre pouco (5%) e nada importante (2%).

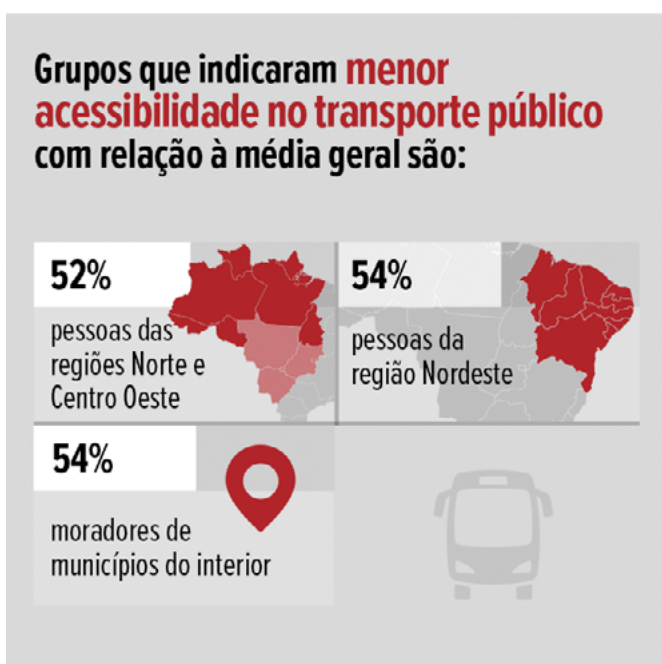


Com relação às vias públicas, como ruas e calçadas, e aos espaços públicos, como transporte público, universidades, escolas e trabalho, os dados podem parecer positivos em relação a percepção das pessoas entrevistadas quanto a acessibilidade nesses espaços, ou seja, uma parcela significativa de pessoas percebe que há nesses espaços acessibilidade para PCDs, sendo o local de trabalho menos adequado do que as vias públicas. No entanto, um pouco menos da metade das pessoas, considerando





todas as perguntas sobre acessibilidade, considera que não há acessibilidade tanto nas vias públicas como nos espaços públicos. É importante considerarmos que esses dados nos trazem uma amostra da percepção da sociedade brasileira de que é necessário um compromisso maior do Estado com a população com deficiência no Brasil, sobretudo na educação, em uma perspectiva inclusiva e não segregada. Não podemos desconsiderar o fato de que PCDs enfrentam múltiplos desafios de ordem estrutural que afetam mobilidade, segurança e acesso de qualidade a direitos fundamentais, como saúde, educação e moradia.





Constatamos, portanto, que os brasileiros e brasileiras identificam a importância de uma convivência democrática entre pessoas com algum tipo de deficiência e pessoas sem deficiência nos espaços sociais, mas é importante lembrar que precisamos avançar quanto à elaboração e fomento de políticas públicas para pessoas com algum tipo de deficiência, sobretudo no campo da educação. Uma inclusão de estudantes com deficiência nas redes de ensino que garanta acesso e permanência desses jovens e crianças de forma interseccionalizada é o caminho para a garantia da equidade educacional. (Relatório, VNDI, 2023).

Tendo em vista o bloco de questões da pesquisa relativas à educação, passaremos ao próximo bloco. Sendo assim, serão observadas questões relativas às políticas públicas.







4. POLÍTICAS PÚBLICAS

*Marcelo Perilo
Doutor em Antropologia Social pela Unicamp*

Neste bloco do relatório da pesquisa Percepções sobre o racismo no Brasil são apresentadas e discutidas questões relativas ao eixo temático de políticas públicas.

Para fins de discussão neste bloco, políticas públicas são compreendidas como “intervenções planejadas do poder público com a finalidade de resolver situações sociais problemáticas” (Giovanni; Nogueira, 2015, p. 18). Trata-se de um conjunto de ações governamentais e/ou estatais que indicam objetivos, perspectivas e focos a partir dos quais os governos e o Estado produzem ações com prazos específicos e que ocasionam impacto em grupos populacionais que são focos de tais políticas (Lima, 2010; Rodrigues, 2004; Souza, 2003; Mello et. al, 2011).

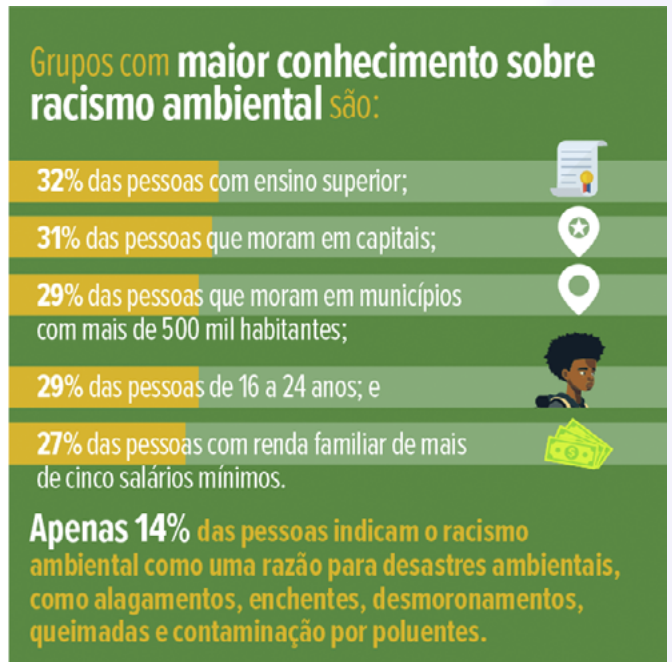
O que está em discussão neste bloco é a percepção da população brasileira sobre a proposição e implementação de políticas públicas de combate ao racismo e promoção da equidade racial. A realização adequada e efetiva de políticas públicas pelos governos e Estado brasileiros é fundamental como discussão, assim como se observa a seguir.

4.1. Racismo ambiental e desastres ambientais

O racismo ambiental é um processo que decorre, dentre outros fatores, da distribuição desigual dos impactos negativos do desenvolvimento industrial. Considerando o racismo e os modos como se manifesta na sociedade brasileira, algumas das populações que sofrem impactos mais diretos e intensos desses efeitos negativos são populações negras, quilombolas e indígenas (Oliveira, 2020).

A percepção das pessoas respondentes sobre racismo relacionado às questões ambientais apresenta índices baixos. Uma expressiva maioria não conhece o tema “racismo ambiental” e uma expressiva parcela de respondentes não associa racismo a desastres ambientais, assim como se observa nos infográficos a seguir.





Em geral, as pessoas respondentes que não ouviram falar ou não sabem sobre racismo ambiental compõem uma ampla maioria, independentemente das variáveis que se considerem referentes aos grupos de respondentes. Além disso, apenas 14% das pessoas indicam racismo ambiental como causa para desastres ambientais. Esse é um indicador do desconhecimento da maioria da população brasileira sobre a relação entre racismo e situações como alagamentos, enchentes, desmoronamentos, queimadas e contaminação.





Dentre as populações que vivem em perímetros urbanos, algumas das mais afetadas pelo descaso do poder público, falta de planejamento urbano e ocupação desordenada das cidades são populações negras e/ou pobres, moradoras de favelas e periferias. Em regiões além do perímetro urbano, algumas das populações mais afetadas por empreendimentos de grande porte, como implantação de usinas hidrelétricas, são quilombolas e/ou indígenas. Sendo assim, os efeitos negativos do desenvolvimento industrial afetam grupos da sociedade brasileira de modo desproporcional, e essa desproporcionalidade tem relação direta com racismo (Oliveira, 2020).

4.2. Políticas e instituições de segurança pública

As questões aqui analisadas dizem respeito ao Estado brasileiro mais diretamente. Trata-se de um eixo temático que exige reflexão sobre governos, bem como órgãos e forças de segurança estatais e suas relações com racismo.

Os índices nas questões sobre segurança pública sinalizam que a percepção do racismo é alta no caso de ações de órgãos e agentes de segurança em relação à população negra, sendo que essas situações dizem respeito a aspectos sistêmicos do racismo. A ação das polícias e os processos de criminalização da população negra são fortemente identificados pelas pessoas respondentes como relacionados à segregação, estratificação e qualificação de grupos sociais considerando-se a variável “raça/cor”. O infográfico abaixo sintetiza os índices gerais de três questões relativas à percepção sobre racismo, ações das polícias e criminalização da população negra.





Há ampla literatura acadêmica que analisa criticamente o Estado como quem promove discriminação racial por meio de seus agentes e instituições (Santos, 2012). Notoriamente, se observadas as convenções supranacionais das quais é signatário e os marcos legais antidiscriminatórios no país, o Estado brasileiro deveria combater discriminação e promover equidade racial. Contudo, a efetivação dessas premissas esbarra em vários empecilhos, sendo um deles a falta de preparação das forças de segurança pública e de equipamentos adequados nas polícias e guardas municipais (Gomes-Souza; Perilo, 2021).

A partir dos dados indicados, torna-se flagrante a necessidade de políticas públicas de combate à discriminação racial, bem como políticas focadas em equidade racial. Essas políticas devem levar em conta os órgãos e agentes de segurança pública como potenciais perpetradores de racismo (Santos, 2012), o que demanda um combate adequado e efetivo a práticas discriminatórias realizadas pelo próprio Estado.

4.3. Representatividade e equidade

Representatividade diz respeito às condições e possibilidades que diferentes grupos populacionais dispõem para acessar, permanecer e interferir em espaços relevantes no âmbito do Estado e das instituições da sociedade civil. A existência de grupos sub-representados é indicadora de desigualdades em uma sociedade, como é o caso da baixa representatividade de mulheres e da população negra no parlamento brasileiro (Souza, 2020).

Grupos sub-representados podem se constituir como maioria numérica, mas são pouco relevantes em espaços e cargos de poder. Dessa forma, esse tema se apresenta fundamental para democracias, pois, sem a adequada representatividade, são acirradas desigualdades em uma sociedade. Um dos modos pelos quais é possível reduzir os impactos da sub-representatividade de grupos é a promoção de políticas de equidade, de modo que haja inclusão e oportunidades para diversas populações. Nos infográficos a seguir é possível observar índices relativos à percepção das pessoas respondentes sobre representatividade.



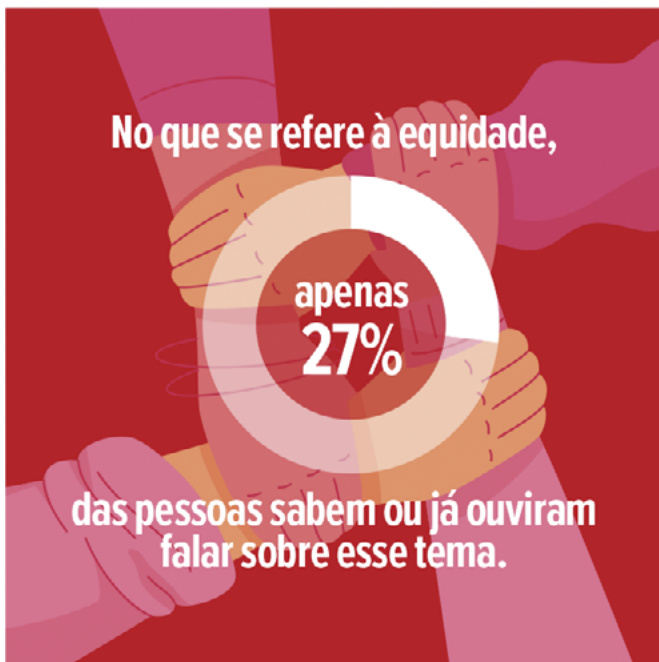




Há uma tendência geral na percepção sobre representatividade considerando-se a variável raça/cor. Pessoas pretas e pardas se sentem menos representadas em espaços de poder em relação às pessoas brancas. Paralelamente, a maioria das pessoas respondentes concorda que aumentar a representatividade das pessoas negras na política e em cargos de poder contribui para diminuir as desigualdades estruturais. Podemos afirmar que, aqui, há um indicador relevante de percepção do racismo no Brasil, visto que a baixa representatividade da população negra pode ser percebida como um dos efeitos de segregação racial, que favorece o acesso a oportunidades para alguns grupos populacionais e dificulta ou interdita para outros.

Observaremos agora a percepção das pessoas respondentes sobre o termo equidade. Há diversas definições para esse termo, bem como usos diversos do termo em diferentes períodos históricos. Cabe registrar que equidade é um princípio que orienta governos e Estado a oferecerem condições adequadas para que grupos populacionais possam acessar e gozar de direitos. Uma condição para o cumprimento do princípio da equidade é o reconhecimento de desigualdades e injustiças numa sociedade, bem como das variadas demandas de seus grupos. Assim, é possível que se ofereçam condições adequadas e diferenciadas de acesso a oportunidades para diversos grupos populacionais, especialmente aqueles mais vulneráveis e marginalizados, a fim de que possam usufruir de seus direitos civis e políticos (Giacomelli, 2018). Nos infográficos a seguir é possível observar índices relativos à percepção das pessoas respondentes sobre equidade.





Assim como se observa nas imagens, o índice de pessoas na amostra total que conhecem ou já ouviram falar de “equidade” é expressivamente mais baixo do que o índice das pessoas que não conhecem. A depender da variável relativa aos grupos de pessoas respondentes, os índices de conhecimento sobre o tema equidade podem ser ainda mais altos, como é o caso das variáveis escolaridade e idade. Quanto mais jovens e mais escolarizadas as pessoas, maiores os índices de conhecimento em relação a esse tema.





4.4. Ações afirmativas e cotas

As cotas ou reserva de vagas são uma modalidade de ação afirmativa em realização no Brasil desde muito antes da proposição de políticas para promoção da equidade racial. Uma das primeiras ações afirmativas no país foi realizada a partir do final do século XIX em benefício das populações brancas, sobretudo oriundas de países europeus, com o oferecimento de uma série de oportunidades para quem migrava de países como Itália e Alemanha.

Se as populações de imigrantes brancos europeus foram agraciadas com políticas públicas, é porque o Estado brasileiro desenha e executa políticas públicas com recorte racial há mais de um século. Então, é importante observar quais grupos populacionais foram inicialmente beneficiários desse tipo de política pública com recorte étnico-racial, bem como as populações que atualmente são beneficiárias.

As cotas e ações afirmativas estão diretamente conectadas a algumas perguntas da pesquisa PRB. As pessoas respondentes foram consultadas sobre cotas em geral enquanto política pública, além de cotas destinadas a grupos populacionais específicos: população negra e indígena, pessoas de baixa renda, pessoas com deficiência (PCDs), mulheres e população LGBTQIA+.

Nos infográficos a seguir é possível perceber os índices de concordância das pessoas respondentes em relação a esses temas. Também consta um infográfico relativo à percepção das pessoas sobre terem ou não sido beneficiárias de cotas ou ações afirmativas, como se observa a seguir.

Em relação às **ações afirmativas**, as cotas são uma modalidade em vigor no Brasil. Sobre esse tema, **69% das pessoas respondentes indicaram que são a favor das cotas/ações afirmativas ou reservas de vagas de emprego de forma geral.**

Considerando-se grupos populacionais específicos que poderiam ser beneficiários desse tipo de ação afirmativa, constam os seguintes índices de menções:

- 88%** das pessoas são a favor das cotas para pessoas com deficiência;
- 83%** das pessoas são a favor das cotas sociais (para pessoas de baixa renda);
- 74%** das pessoas são a favor das cotas raciais (para pessoas pretas, pardas e indígenas);
- 72%** das pessoas são a favor das cotas para mulheres; e
- 56%** das pessoas são a favor das cotas para pessoas LGBTQIA+.

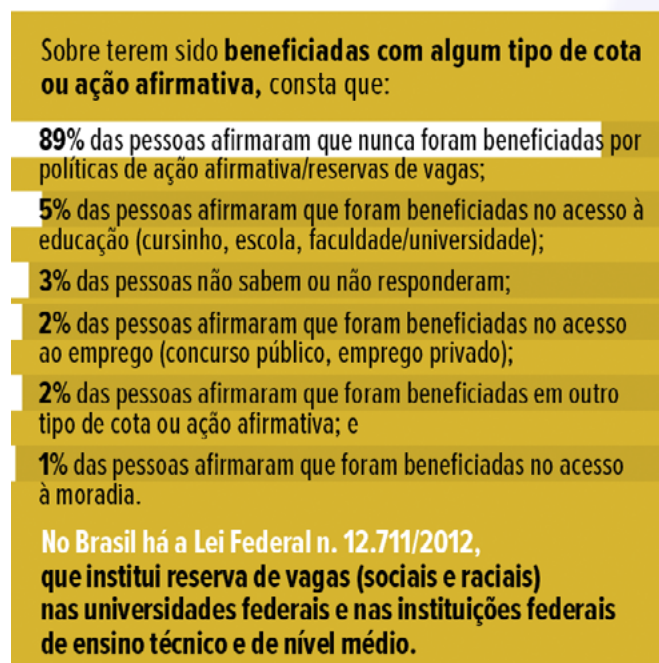
Os grupos populacionais mencionados são apoiados por mais da metade das pessoas respondentes, o que indica um posicionamento mais favorável que desfavorável às cotas como modalidade de ação afirmativa.





Ainda que o índice de aprovação das cotas raciais seja alto, o fato de não ser mais alto do que as cotas sociais está relacionado, provavelmente, a pelo menos dois aspectos interconectados. Em primeiro lugar, a baixa percepção, por parte das pessoas respondentes, do racismo como processo sistêmico que precisa ser combatido com ações afirmativas que considerem reserva de vagas para população negra e indígena. Em segundo lugar, um equívoco amplamente discutido em literatura científica sobre o tema: a suposição de que ações afirmativas para pessoas de baixa renda seriam solução para efeito de exclusão de pessoas pobres e pessoas negras simultaneamente.

Uma ampla maioria da população brasileira considera que nunca foi beneficiária de cotas ou ações afirmativas. Confira no infográfico a seguir os índices relativos à percepção das pessoas respondentes em relação a essa questão.



Tendo em vista as questões e dados aqui indicados, a aprovação das cotas por parte das pessoas respondentes em geral é alta. Contudo, o percentual de pessoas declaradamente beneficiadas por esse tipo de ação afirmativa ainda é muito baixo.

Finalmente, é importante observar que, embora as cotas raciais tenham sido as ações afirmativas que mais avançaram no Brasil, em relação ao combate às desigualdades raciais, tais ações estão distantes de serem suficientes para que haja equidade racial. É necessário que seja assegurada a continuidade desse tipo de ação afirmativa além da implementação adequada e eficaz de outras políticas públicas governamentais e Estadais de combate ao racismo e promoção da equidade racial no país.





4.5. Políticas de inclusão e outras ações

Quase metade da população brasileira concorda (em parte e totalmente) que o Brasil possui políticas públicas suficientes para garantir a inclusão e mais oportunidades para pessoas negras. Em paralelo, um pouco mais da metade discorda (em parte e totalmente) da mesma ideia, assim como consta no infográfico a seguir.



Diferentemente do que ocorre em outras questões neste bloco sobre políticas públicas, é mínima a diferença entre os índices de concordância e discordância das pessoas respondentes em relação a esse tema (se as políticas públicas que garantam inclusão e mais oportunidades para as pessoas negras no Brasil são suficientes ou não). Contudo, outras perguntas favorecem a observação de nuances na percepção da população brasileira em relação ao tema das políticas públicas, como se observa nos infográficos a seguir.



Para a pergunta “Para quais temas a seguir você acredita que o poder público deveria desenvolver ações de políticas públicas?”, constam os seguintes índices:

54% no enfrentamento das desigualdades;

34% na promoção de uma educação antirracista;

33% na valorização da diversidade;

32% na promoção da acessibilidade para pessoas com deficiência;

26% na promoção da equidade racial;

Continua ▶

Para a pergunta “Para quais temas a seguir você acredita que o poder público deveria desenvolver ações de políticas públicas?”, constam os seguintes índices:

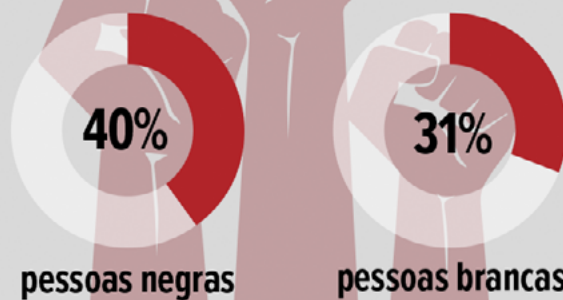
21% no enfrentamento do racismo ambiental;

15% na promoção da equidade de gênero; e

7% não sabem ou não responderam.

2% das pessoas consultadas não apontaram nenhuma das alternativas indicadas na questão.

Enquanto **40% das pessoas negras consideram importante ter políticas públicas com foco na promoção de uma educação antirracista**, **31% das pessoas brancas concordam com a presença de ações focadas nesse tema.**



Quando perguntadas sobre políticas públicas que deveriam ser implementadas pelo poder público, 93% das pessoas indicaram ao menos um tema. Ocorre que os temas relativos, especificamente, ao enfrentamento do racismo e à promoção da equidade racial não foram citados por um terço ou menos das pessoas respondentes.

Não há índices altos relativos à proposição de políticas cujos temas sejam enfrentamento do racismo, enfrentamento de discriminação racial e promoção de





equidade racial. Observa-se índices maiores relativos às políticas públicas com temas genéricos, como enfrentamento de desigualdades.

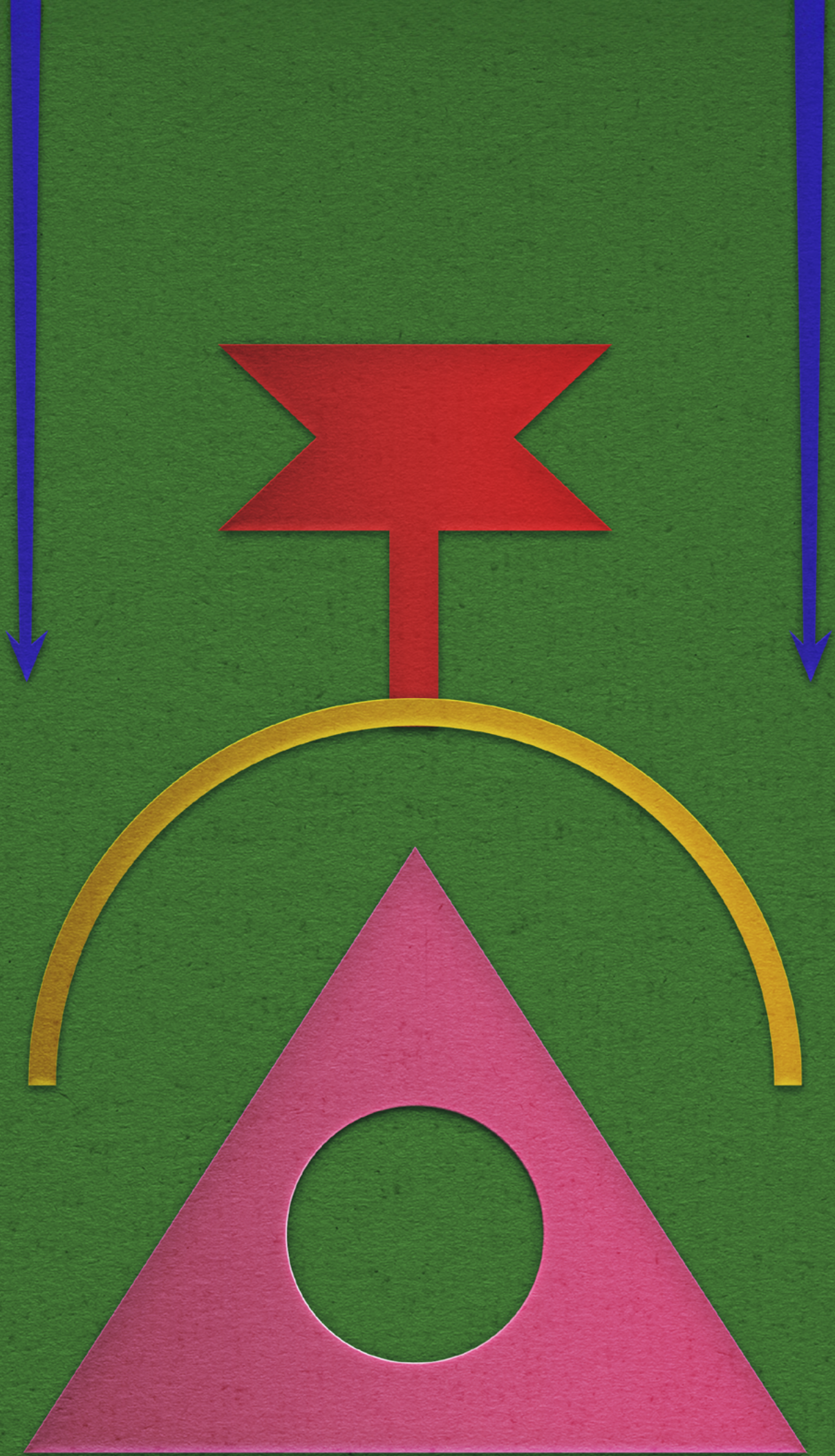
Quando se trata de cotas relativas à reserva de vagas para a população negra (de acordo com a seção anterior), a maioria das pessoas se posiciona a favor. Ocorre que, paralelamente, outros tipos de políticas públicas diretamente relacionados à população negra não recebem índices tão altos e expressivos quanto a aprovação das cotas raciais.

A promoção da equidade racial demanda políticas públicas que tenham como foco a população negra e temas específicos, como combate a discriminações raciais e promoção de uma educação antirracista. No Brasil, esse processo está longe de ser suficiente. Ele precisa ser largamente intensificado e deve contemplar populações que, historicamente, além de serem impactadas pelos efeitos do racismo, não foram beneficiadas por políticas públicas governamentais ou estatais.

Este bloco apresentou temas e índices relativos à percepção da população brasileira em relação ao tema das políticas públicas. Dessa forma, observa-se aqui dados e evidências de uma pesquisa inédita que trata de percepção sobre racismos pela qual governos, Estado e sociedade civil poderiam se orientar, inclusive conjuntamente, para a promoção da equidade racial e combate ao racismo.

Considerando o bloco de questões da pesquisa PRB relativas a políticas públicas, passaremos agora à seção recomendações. Sendo assim, serão apresentadas questões urgentes a serem realizadas no Brasil referentes ao combate ao racismo e à promoção da equidade racial, tendo em vista os temas da pesquisa.







5 RECOMENDAÇÕES

Diante dos resultados da pesquisa *Percepções sobre o Racismo no Brasil*, torna-se urgente a realização das ações identificadas a seguir.

Especificamente no campo da compreensão das relações raciais na sociedade brasileira

Considerando que a população brasileira ainda tem dificuldade de compreender os fatores sistêmicos, estruturais e institucionais do racismo e reconhece, majoritariamente, o tratamento desigual entre pessoas negras e brancas, recomendamos que o Estado brasileiro:

- Produza materiais e campanhas para informar a sociedade sobre o impacto desse fenômeno no país e seu papel no atraso do desenvolvimento nacional, assim como sobre a importância de não o naturalizar e sobre os mecanismos para identificá-lo, denunciá-lo e enfrentá-lo.
- Desenvolva programas de combate ao racismo institucional nos órgãos públicos, especialmente da educação, justiça e segurança pública.

Considerando que a população brasileira reconhece a insuficiência da legislação para combater o racismo no país, tanto por parte das pessoas quanto por parte das instituições, e compreende que aumentar a representatividade de pessoas negras na política e nos espaços de poder e de tomadas de decisão contribuiria para diminuir as desigualdades, recomendamos que o Estado:

- Desenvolva programas e campanhas para que a sociedade tenha acesso à informação sobre como usar os marcos legais em sua defesa e para que os operadores de Direito sejam formados sobre a importância do acolhimento das vítimas, do reconhecimento do racismo e do cumprimento da lei.
- Efetive a legislação de reserva de vagas para grupos historicamente discriminados nos cargos comissionados responsáveis pela construção das políticas públicas e aprimore a lei de reserva de vagas nos concursos públicos.





Considerando que a população brasileira aponta raça/cor/etnia como principal fator gerador de desigualdades, que o Brasil é um país racista e que não há políticas públicas suficientes para incluir grupos historicamente discriminados, sugerimos que o Estado brasileiro, tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo:

- Dialogue com a percepção da sociedade e elabore políticas públicas e legislações focadas na problemática do racismo para enfrentar as desigualdades no país e promova a equidade racial.

Considerando que a maior parcela da população se sente confortável em declarar sua raça/cor/etnia, julga fácil declarar sua raça/cor/etnia e opina ser importante declarar sua raça/cor/etnia, o Estado precisa de uma política nacional que:

- Fortaleça o preenchimento do quesito raça/cor/etnia nos diferentes órgãos como estratégia de monitoramento das desigualdades raciais.

Especificamente no campo educacional

Considerando que a maioria das pessoas entrevistadas considera que os temas história e cultura africana, história e cultura afro-brasileira e história e cultura indígena foram abordados de forma pouco ou nada adequada, o Estado necessita de políticas de:

- Monitoramento e avaliação perene sobre a implementação das leis n. 10.639/2003 e 11.645/2008, bem como sobre as diretrizes relacionadas à educação escolar quilombola e à educação escolar indígena; e
- Formação continuada centrada na educação para as relações étnico-raciais, as práticas equitativas e a história e cultura africana, afro-brasileira e dos povos indígenas com foco nos docentes, gestores e na equipe técnica das secretarias de educação.

Considerando que a maioria da população brasileira afirma que o Brasil é um país racista, que raça/cor/etnia é um dos principais motivadores para a ocorrência da violência nas escolas e que o tema mais importante a ser estudado dentro das escolas é o racismo, é fundamental que o Estado implemente ações de:





- Promoção de uma educação antirracista e anticapacitista nas escolas, faculdades e universidades.
- Suporte psicossocial para as pessoas que sofrem ou sofreram racismo.
- Criação de fluxo para recebimento, tratativas e encaminhamentos de soluções para denúncias de casos de racismo.

Considerando que a maioria da população brasileira concorda que aumentar a representatividade das pessoas negras em cargos de poder contribui para diminuir as desigualdades estruturais, o Estado deve investir em políticas de:

- Políticas intersetoriais com foco na redução das desigualdades provocadas pelo racismo.
- Ações de equidade com foco na população com deficiência, sobretudo no setor da educação, em uma perspectiva inclusiva, interseccional e não segregada.
- Monitoramento contínuo da implementação da Lei n. 12.990/2014, que institui a reserva de vagas para pessoas pretas e pessoas pardas em concursos públicos federais.
- Incentivo à contratação de pessoas pretas, pardas e indígenas para o quadro de funcionários efetivos e temporários de instituições privadas e públicas (municipais e estaduais).

Especificamente em relação às políticas públicas

Considerando que a maioria da população brasileira concorda que aumentar a representatividade das pessoas negras em cargos de poder contribui para diminuir as desigualdades estruturais, e posiciona-se a favor das cotas sociais e/ou raciais, o Estado deve investir no aprimoramento, na continuidade e no monitoramento das leis:

- n. 12.711/2012, que institui reserva de vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e de baixa renda no ingresso em universidades federais e em instituições federais de ensino técnico de níveis médio e superior; e





- n. 12.990/2014, que institui reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos federais.

Considerando que a maior parte da população brasileira aponta que pessoas negras e pessoas brancas são tratadas de formas diferentes pelas polícias e que pessoas negras são mais criminalizadas e punidas do que as pessoas brancas, o Estado necessita:

- Efetivar o Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei n. 12.288/2010, sendo destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnico-racial.
- Estimular a participação de movimentos negros, indígenas e quilombolas nos processos de formulação de políticas públicas.
- Implementar, monitorar e avaliar as políticas públicas já existentes com foco nas populações negra, indígenas e quilombola.
- Formular políticas públicas para combater o racismo e promover iniciativas de equidade racial com foco nas populações negra, indígenas e quilombola.







REFERÊNCIAS

CAMPOS, L. A. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 95, p. 329-507, 2017.

GIACOMELLI, Giana Silva. Envelhecimento e equidade em saúde no Brasil. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Dicionário de políticas públicas*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2015.

GOMES-SOUZA, Ronaldo; PERILO, Marcelo. Segurança urbana e saúde psíquica: sofrimento e adoecimento no trabalho de agentes da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia. In: CALEGARE, Marcelo; MEZZALIRA, Adinete Sousa da Costa. (org.). *Processos psicossociais*. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: Edua, 2021. v. 2, p. 203-223.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013. Editora UFPR.

GONZALEZ, Lélia. A cidadania e a questão étnica. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. *Por um feminismo afrolatino americano*. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz, 2020. p. 214-223.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Sociologia e natureza: classes, raças e sexos. Seminário internacional: Trabalho, cuidado e políticas sociais. Sessão “Intersecção de múltiplas desigualdades: gênero, raça e classe”, 2014.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo horizonte: Editora UFMG, 2003.

HASENBALG, Carlos. Raça, classe e mobilidade. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Saúde (PNS). Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html>





LIMA, Márcia. "Raça" e pobreza em contextos metropolitanos. *Tempo Social, USP*, v. 24, n. 2, p. 233-254, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/brMQKrt8Ym83PhDtsSyfNpP/?format=pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.

LIMA, Suzete de Paiva. *Racismo e violência, prática de extermínio contra a juventude negra*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

LINS, Monica Regina Ferreira; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. *Pedagogia do conflito: ensaios didáticos para a educação antirracista e pluriétnica*. In: MONTEIRO, Rosana Batista (Org.). *Práticas pedagógicas para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no ensino médio: sociologia, história, filosofia, geografia*. Seropédica, UFRJ: Evengraf, 2013. p. 13-30.

MELLO, Luiz; PERILO, Marcelo; BRAZ, Camilo Albuquerque de; PEDROSA, Cláudio. *Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade*. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 9, p. 7-28, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/8ZZjpNCzgQMvJDDGRvLPYmk/?lang=pt>. Acesso em: 29 jul. 2023.

NJERI, Aza. *Educação afrocêntrica como via de luta antirracista e sobrevivência na maafa*. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, n. 31, p.4-17, maio-out./2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/resafe.vi30.28253>. Acesso em: 24 jul. 2023.

OLIVEIRA, R. M. de S. *Quilombos, racismo ambiental e formação em saúde e saúde mental: diálogos emergentes*. *ODEERE*, v. 5, n. 10, p. 129-156, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/6876>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PHILLIPS, Anne. *Da desigualdade à diferença: um caso grave de deslocamento?*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 2, Brasília, DF, p. 223-240, jul./dez. 2009.

QUERINO, Ana Carolina; LIMA, Cleiton Euzébio de; MADSEN Nina. *Gênero, raça e educação no Brasil contemporâneo: desafios para a igualdade*. In: BONETTI, Alinne de Lima; ABREU, Maria Aparecida A. (Orgs.). *Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil*. Brasília: Ipea, 2011. p. 129-149.





RODRIGUES, Carolina. Políticas de ação afirmativa e o embate entre representações sobre as relações raciais no Brasil. 2004. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

SANTOS, Tiago Vinícius André dos. Racismo institucional e violação de direitos humanos no sistema da segurança pública: um estudo a partir do Estatuto da Igualdade Racial. 2012. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, v. 16, n. 39, p. 11-24, 2003.

SOUZA, Fernanda Thomazella de. Representação feminina no poder legislativo: cotas eleitorais de gênero e o papel do partido político. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, Ciência e Cultura. Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade / coordenação de Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, Ciência e Cultura; BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes / Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

VIDAS NEGRAS COM DEFICIÊNCIA IMPORTAM. Relatório Alternativo para a Comissão para Eliminação da Discriminação Racial (CERD): Pessoas negras com deficiência enfrentam racismo sistemático e exclusão no Brasil, de acordo com relatório apresentado às Nações Unidas (2023). Disponível em: <https://vidasnegrascomdeficiencia.org/relatorio>

WERNECK, Jurema. Racismo Institucional uma abordagem conceitual. São Paulo: Geledés; Brasília, DF: Cfemea, 2013.



